

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Rudney Soares de Souza

Discurso presidencial: a imagem da mulher em cena

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**SÃO PAULO
2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Rudney Soares de Souza

Discurso presidencial: a imagem da mulher em cena

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento.

**SÃO PAULO
2013**

BANCA EXAMINADORA

Todo homem, por natureza, quer saber.

Aristóteles

Aos meus pais José e Rosária.

À minha esposa Mirian.

Ao meu filho Erick Henrique.

Aos meus irmãos Sidney, Kátia e Allyfer.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e profundo conhecedor do ser homem.

Ao amigo e professor exemplar Doutor Jarbas Vargas Nascimento, por quem tenho profunda admiração e respeito. Suas orientações foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. Obrigado pela confiança em mim depositada.

À Professora Doutora Ana Rosa Ferreira Dias e ao Professor Doutor Carlos Bauer de Souza, pelas preciosas contribuições, pelas leituras críticas desta dissertação e por aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa.

À coordenação, aos docentes e funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP, pelo auxílio e motivação.

Aos meus adorados pais, Rosária Maria Soares de Souza e José Florêncio de Souza, que sempre acreditaram em mim e que, durante todos os momentos da minha vida, foram e são exemplos de dignidade, amor e dedicação.

À minha esposa amada, Mirian de Almeida Rodrigues Souza, que sempre apoiou minhas empreitadas, sobretudo esta. Soube ter paciência nos momentos mais críticos desta jornada. Obrigado pelo amor, carinho e incentivo de sempre.

Ao meu filho, Erick Henrique, que, mesmo sem saber, foi instrumento de refrigério de meus ânimos, em momentos de inquietação e preocupações, durante a pesquisa e escrita deste trabalho. Amo-te, filho.

Aos meus irmãos, Sidney, Kátia e Allyfer, pelo carinho e consideração durante este percurso.

Aos meus companheiros do Grupo de Pesquisa Memória e Cultura na Língua Portuguesa escrita no Brasil, por colaborarem direta e indiretamente na realização deste trabalho.

Aos amigos Márcio Cano e Bruno Baronetti, pelas preciosas contribuições e leituras atentas deste trabalho.

Aos meus amigos Edvaldo Salles, Ednaldo Torres, Elismara Brito, Fernanda Penedo, Felipe Avelino, Lucélia Santos, Marcelo da Silveira, e Sandra Duda que, além de incentivadores deste trabalho, sempre demonstraram sincera amizade.

A todos os meus familiares e amigos que estiveram ao meu lado, durante todo esse tempo, sempre proporcionando alegria.

Aos meus alunos, apoiadores e admiradores do meu trabalho.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo fomento a esta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho fundamenta-se nos estudos da Análise do discurso de linha francesa e tem como objetivo geral analisar os quatro primeiros discursos da presidente Dilma Vana Rousseff, proferidos na ocasião de sua vitória nas eleições presidenciais de 2010. A razão que nos motivou a fazer este estudo foi a possibilidade de entender as mudanças no discurso político-partidário da história recente do Brasil, período em que advogados, engenheiros, ex-metalúrgico e apenas uma mulher foram eleitos ao cargo mais alto da República Federativa do Brasil. Entendemos que uma pesquisa como essa possa ser útil para um maior entendimento não só dos estudos sobre discurso, mas também do panorama político-partidário atual do Brasil. Nossos objetivos específicos foram: identificar e examinar a construção da cenografia e a constituição do *ethos discursivo*; verificar as estratégias linguístico-discursivas e depreender os efeitos de sentido criados no interdiscurso pelo enunciador; e, a partir desse percurso, desvelar os deslizamentos e as subversões de sentido, materializados no discurso da presidente, e relacioná-los com a memória social e discursiva. Os resultados da análise nos permitiram concluir que o enunciador, que emerge nos discursos de Dilma Rousseff, tem um *ethos discursivo* de “presidente da continuidade do governo Lula”. O histórico de vida do enunciador e sua condição “mulher” agem sobre sua imagem de forma ambígua: ora o fortalece, ora o prejudica. O imaginário social masculino, na política, ainda influencia o *ethos discursivo*, legitimado pelo co-enunciador (eleitor), mesmo num discurso com posicionamentos construídos em torno da premissa “primeira mulher presidente do Brasil”.

Palavras-chave: análise do discurso; discurso político; cenografia; *ethos discursivo*.

ABSTRACT

This work is based on studies of French Discourse Analysis and aims at analyzing the first four speeches of President Dilma Vana Rousseff, pronounced on her victory in the 2010 presidential elections. The reason that motivated us to do this study was the possibility of understanding the changes in partisan political discourse of Brazil recent history, the moment when lawyers, engineers, former metalworker and only one woman were elected to the highest office of the Federal Republic of Brazil. We understand that a research like this can be useful for a better understanding not only of speech studies, but also the current party-political panorama of Brazil. Our specific objectives were: to identify and examine the construction of scenography and the constitution of discursive ethos; verify the linguistic-discursive strategies and to infer meaning effects created by the interdiscourse enunciator, and, from that route, unveiling the slips and subversions of meaning embodied in president speech and relate them to social and discursive memory. The results of the analysis allowed us to conclude that the emerging enunciator from Dilma Rousseff speech has a discursive ethos of "President of the continuity of Lula government." The life history of the enunciator and its "woman" condition act on her image ambiguously: sometimes strengthens and sometimes harms. The male social imaginary in policy still influences the discursive ethos legitimized by co-enunciator (voter), even a speech with placements built around the premise "first Brazil female president".

Keywords: discourse analysis; political discourse; scenography; discursive ethos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO I – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO <i>DISCURSO POLÍTICO</i> NO BRASIL	5
---	---

1.1. Os partidos políticos e os presidentes do Brasil	5
1.2. O Partido dos Trabalhadores (PT)	24
1.3. Lula e o cenário contemporâneo do PT	32
1.4. Dilma Rousseff: de presa política a presidente do Brasil	35

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	44
---	----

2.1. A Análise do Discurso na atualidade	44
2.2. O Primado do Interdiscurso	46
2.3. Cena de enunciação	49
2.4. A noção de <i>ethos discursivo</i> : em Aristóteles e em Maingueneau	51
2.5. Marcas de organização e funcionamento do discurso político	56
2.6. A ação política	59

CAPÍTULO III – CENA POLÍTICA: DISCURSO PRESIDENCIAL	63
---	----

3.1. A constituição do <i>Corpus</i>	63
3.2. Análise – Discurso presidencial: a imagem da mulher em cena	66

CONSIDERAÇÕES FINAIS115

REFERÊNCIAS118

ANEXOS.....123

 Anexo 1 124

 Anexo 2 131

 Anexo 3 134

 Anexo 4 140

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedica-se aos estudos da língua portuguesa impressa, materializada no discurso político, cuja influência no cotidiano das pessoas é inegável, pois os anseios da sociedade no que tange às áreas da educação, da saúde, entre outras, por exemplo, estão em jogo nesse discurso. Por meio do discurso político, uma sociedade, ou parte dela, pode ser persuadida no sentido de que tudo está bem ou não tão bem.

Muito por isso, atravessado por discursos outros, o enunciador do discurso político busca, junto ao *co-enunciador*, a legitimação do dito e, por conseguinte, a adesão ao discurso, ou seja, o voto, a confiança. Essa busca é originada na percepção (do *co-enunciador*) dos traços que marcam a identidade do enunciador, que não se confunde, necessariamente, com a imagem do sujeito empírico.

É fato que há diversos *discursos* políticos, em diferentes gêneros, que circulam na sociedade. Optamos pelo discurso proferido por Dilma Rousseff, porque se refere ao discurso da primeira mulher presidente do Brasil e que, desde o princípio da campanha presidencial em 2010, repercute socialmente.

O discurso político da presidente Dilma Rousseff, assim como todos os discursos, caracteriza-se por uma *interdiscursividade*, que é o atravessamento de outros campos discursivos (filosófico, religioso etc.). Pelas influências que sofre de outros campos, o discurso político constitui-se *polêmico*, uma vez que será sempre proferido a partir dos posicionamentos do enunciador. O discurso político é, portanto, um lugar de embate no qual os *coenunciadores*¹ estabelecerão os rumos de uma nação. Desse modo, pretendemos desvelar, a

¹ Aqui, distinguimos *co-enunciador* (aquele para o qual o discurso é destinado) de *coenunciadores* (enunciador e co-enunciador, que interagem durante a enunciação).

partir da *interdiscursividade*, a cenografia e o *ethos discursivo* nos discursos da presidente Dilma.

A motivação para a realização deste estudo é, além da possibilidade de contribuir com os estudos sobre o discurso, tratar do fato histórico ocorrido no Brasil, em 2010, momento em que as eleições presidenciais foram destaque no mundo e, como desfecho, pela primeira vez, uma mulher foi eleita mandatária do país.

Diante desse cenário, entendemos que esta pesquisa mostra-se de grande relevância social e acadêmica, pois contribui com as discussões acerca não somente dos fatos históricos e políticos da história recente do Brasil, mas também sobre as proposituras acerca da metodologia de análise, cunhada na Linguística, a Análise do discurso (doravante AD), que tem se mostrado aplicável aos estudos de diversos tipos de discursos, de vários campos, sobretudo, o político.

As eleições presidenciais de 2010 agitaram o contexto político nacional. Os problemas que cercavam o governo Lula, o *mensalão* entre eles, e o fato de assuntos pontuais, tais como aborto e a inexperiência eleitoral da candidata Dilma Rousseff, serem difundidos na grande mídia, fizeram abrir brechas para que os adversários políticos atacassem a candidata do PT.

Todavia, o desenvolvimento do país, atrelado ao bom estado da economia, proporcionados pelo governo de Lula, mesmo sendo, em parte, resultado das investidas do governo tucano de FHC (Fernando Henrique Cardoso de Melo – entre 1994 e 2002), com o Plano Real, resquício do governo Itamar Franco, por exemplo, faziam a população identificar grandes vantagens na continuação do governo petista, não importando quem fosse eleito, desde que Lula o avalizasse.

Dilma tornou-se presidente do Brasil e sua trajetória de vida fez com que diversas expectativas cercassem o seu governo. Seria a primeira vez que uma mulher, sem nunca ter concorrido a um cargo eletivo, aos 63 anos de idade,

seria mandatária do Brasil e mais tarde seria incluída na lista das cem personalidades mais influentes do planeta, publicada pela revista *Time*², e como a terceira mulher mais poderosa do planeta e 22ª pessoa mais poderosa do mundo, pela *Forbes*³.

Para esta pesquisa, selecionamos como *corpus* os primeiros discursos de Dilma Rousseff, proferidos em Brasília, capital do Brasil, após o resultado de sua vitória. Tais discursos serão apresentados da seguinte forma neste trabalho: discurso 1 feito no Hotel Naoum; discurso 2, Diplomação no Tribunal Superior Eleitoral; discurso 3, pronunciamento no Congresso Nacional; e discurso 4, pronunciamento no Parlatório.

Nossos objetivos são: depreender os efeitos de sentido criados no interdiscurso pelo enunciador; verificar as estratégias linguístico-discursivas; examinar a construção da cenografia e a constituição do *ethos discursivo*; e desvelar os deslizamentos e as subversões de sentido, materializados nos discursos da presidente e relacioná-los com a *memória social e discursiva*.

Diante do exposto, propusemos a seguinte pergunta de pesquisa: que marcas discursivas constituem a cenografia e desvelam o *ethos discursivo* do enunciador nos discursos da presidente do Brasil? Para responder a essa pergunta, consideraremos a AD em sua vertente *enunciativo-discursiva*, priorizando os estudos dos franceses Dominique Maingueneau (1984-2011) e Patrick Charaudeau (2008-2012).

Entendemos o discurso político como uma ação política que determina a vida social, organizando-a sócio-discursivamente. Desse modo, a AD permite-nos compreender os sentidos de tal discurso e interpretá-lo a partir da relação que se estabelece entre o discurso e sua interioridade, uma vez que é na relação da linguagem com o social que o sujeito tem um enunciador constituído e o enunciado que este produz sempre é perpassado por discursos outros, abrindo

² Revista de notícias semanais do mundo, edição de 22/04/2011, publicada nos Estados Unidos.

³ Revista de negócios e economia, edição de 22/08/2012, publicada nos Estados Unidos.

espaço para a *interdiscursividade* com outros *campos*, o religioso, o filosófico, o bíblico etc., ou seja, um interdiscurso se revela.

Esta dissertação está assim organizada: no primeiro capítulo, discorreremos sobre as *condições de produção* do discurso político no Brasil, perpassando pela trajetória dos partidos políticos no Brasil e dos ex-presidentes do Brasil, inclusive a história do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ex-presidente Lula, até a vitória de Dilma Rousseff.

No segundo capítulo, tratamos da fundamentação teórico-metodológica que sustenta nossa pesquisa. Discorreremos sobre o caráter interdisciplinar da AD, numa perspectiva de uso atual. Nos itens subsequentes, apresentaremos as noções de primado do Interdiscurso, *cenários de enunciação*, *ethos discursivo* para Aristóteles e Maingueneau, marcas de organização e funcionamento do discurso político e a ação política.

No terceiro capítulo, apresentamos o *corpus* e a análise, objetivando identificar as cenografias e desvelar o *ethos discursivo* do enunciador, nos discursos da presidente Dilma Rousseff.

CAPÍTULO I

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL

1.1. Os Partidos Políticos e os presidentes do Brasil

Considerando que, neste capítulo, trataremos dos partidos políticos e, por conseguinte, da história política recente do Brasil e dos presidentes, a partir de Getúlio Vargas, recorreremos não só a autores especializados em tais aspectos, Amaral (2011), Barreto (1987), Chacon (1985), Lamonier (2005) Schimitt (2000), Saldanha (2001), Gadotti (1989), Secco (2011) entre outros, mas também a fontes oficiais do governo, tais como o site do Planalto e da Biblioteca da presidência. Tais subsídios serviram de sustentação para a escrita deste capítulo.

Uma vez que nossa pesquisa versa sobre o discurso político de um membro filiado a um partido político – o PT (Partido dos Trabalhadores), e este se insere em um *campo* propício para sua construção, o político, faz-se necessária a apresentação de algumas considerações sobre a trajetória política do Brasil, do Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos.

Há muito, a política é considerada meio pelo qual a nação é regida e representada por seus líderes, eleitos democraticamente ou impostos por sistemas constituídos sob a égide de minorias detentoras do poder. No Brasil, desde a instalação da coroa portuguesa, existiram regimes autoritários, que

atendiam aos interesses de minorias, mas também, recentemente, houve tentativas para o estabelecimento de mecanismos de poder legítimos.

Primeiramente submetido aos costumes, religião e cultura de povos estranhos (os portugueses, entre outros) que objetivavam estabelecer domínio pela força e imposição, depois, com o fortalecimento de alguns setores e a iminência de um novo século, o Brasil experimentou diferentes regimes e formas de governo (monarquia, parlamentarismo, ditadura, presidencialismo) e, mais recentemente, outro regime, a democracia, foi instituída. Tal regime propôs ao povo o voto direto nas eleições, de maneira que as representações, independentemente de suas origens, se fossem consideradas legítimas, teriam espaço no meio político. Mesmo assim, algumas manobras continuariam, até hoje, tentando manipular os eleitores.

É difícil imaginar como um país, com tantos mandos e desmandos, desde a sua gênese, conseguiria chegar tão rápido ao patamar de uma democracia moderna e madura. É o que questiona Lamonier (2005: 20):

[...] mas, afinal, quão desfavorável para a formação do Estado democrático terá sido a origem colonial do Brasil? Como acreditar que a democracia pudesse ter chances razoáveis em um país moldado, no campo econômico, pela exploração colonial, monocultora e escravista e, no aspecto político e administrativo, pelo absolutismo e pelo patrimonialismo do Estado português?

Após idas e vindas de portugueses e de outros povos, houve a Proclamação da República e, com isso, abriram-se discussões acerca da constituição das esferas de poder, que mais tarde seriam compostas por: Executivo, Legislativo e Judiciário. Essas esferas devem definir e fazer valer as regras que englobam direitos e deveres de todos, mas quem deve decidir quais serão os ocupantes de tais postos é justamente o povo, que deve fiscalizar as ações dos poderes e fazer-se ouvir a partir de suas representações políticas, uma vez que, no

estado de direito, as representações de setores da sociedade devem estar organizadas, por exemplo, em partidos políticos e estes pleitearão legitimidade de candidaturas, junto aos órgãos competentes da Justiça Eleitoral, para concorrerem às eleições regionais, estaduais e nacionais.

A organização partidária que temos no Brasil não surgiu aqui. Podemos citar Atenas e Roma de antes de Cristo e, mais precisamente, a Inglaterra, como precursoras daquilo que se conhece como organização partidária. É o que aponta Chacon (1985: 11):

[...] podemos remontar a Atenas e Roma antes de Cristo, como fontes da moderna organização partidária, mas ela só surge efetivamente na Grã-Bretanha, a partir do século XIX, isto é, da sua revolução industrializante e urbanizadora. Donde Maurice Duverger conclui: De fato, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito.

O surgimento de partidos políticos no Brasil foi marcado por acontecimentos impactantes - mudanças de regime ou revoluções - que golpearam a existência dos partidos, de modo que foram forçados a sempre terem de recomeçar sua trajetória a cada uma das interrupções sofridas. Esses rompimentos foram assinalados pela implantação da república, em 1889, que suplantou os partidos monarquistas, instituindo partidos oligárquicos; pela Revolução de 1930, que acabou com os partidos republicanos; pelo Estado Novo (1937-1945) o qual impediu a existência de partidos; e pelo Regime Militar de 1964 que submeteu alguns partidos políticos às atrocidades do regime.

Desde o primeiro Império, é factual que o governo do Brasil precisava de uma composição política que sustentasse sua autoridade perante a população.

Lamonier (2005:65) afirma que *ao iniciar-se o segundo Reinado, reduzir o conflito 'interpares' implicava, antes de qualquer coisa, diluir as facções rancorosas formadas ao longo das lutas da Independência e da Regência.*

Lamonier (2005:66) relata que não cabe falar em partidos políticos no primeiro momento do período imperial. Para ele, *existiam instáveis e camaleônicas facções parlamentares* que se compunham entre si *para assimilar ao jogo político as facções inclinadas a levar a extremos o combate por princípios ou por doutrinas.*

É importante ressaltar, neste contexto, que somente após a queda do imperador D. Pedro I, afastado pelo golpe de 7 de Abril de 1831, essas “facções parlamentares” assumiriam uma função institucional e, a partir de 1837 até 1945, seriam formados partidos que atendessem a algumas das reivindicações de certas minorias (Coronéis, Generais, Proprietários de terras etc.).

Entre esses partidos, alguns inspirados por movimentos originários da segunda guerra mundial: o PCB (Partido Comunista Brasileiro), fundado em 1922 – vinculado à IIIª Internacional Comunista, com sede em Moscou – e, a partir de 1930, liderado por Luís Carlos Prestes. Dez anos depois, em 1932, foi criada a AIB (Ação Integralista Brasileira), inspirada no Movimento Fascista italiano e no Movimento da Falange espanhola, comandada pelo chefe Plínio Salgado.

Os partidos políticos somente foram legalizados em 1945. A partir desse período até o ano 1964, a atuação política brasileira foi conduzida pelos partidos getulistas (PSD – Partido Social Democrático e PTB – Partido Trabalhista Brasileiro) e pelo principal partido anti-getulista (a UDN – União Democrática Nacional).

Cada um desses três partidos tinha, em suas bases, representantes de setores da sociedade: o PSD deu espaço aos conservadores do getulismo, em sua maioria lideranças rurais e funcionários estatais importantes, já o PTB, reflexo do *Labour Party* da Grã-Bretanha (Partido Trabalhista Independente da

Inglaterra), unia as lideranças sindicais e os operários em geral. O partido oposto, a UDN, liberal e antipopulista, abrigava a burguesia e a classe média urbana, interessadas na entrada de capital estrangeiro e na iniciativa privada.

Todo esse jogo e composição política aconteciam mesmo não havendo definições claras acerca do processo eleitoral. O voto ainda não era direito de todos, uma vez que, mesmo obrigatório desde sua instituição para uma minoria, para as mulheres e para os analfabetos, foi proibido durante a maior parte da história. Lamonier (2005:85) relata:

[...] a Constituição republicana de 1891 aboliu as restrições referentes à propriedade e à renda, mas manteve a exclusão das mulheres (abolida em 1933) e a dos analfabetos, que perduraria até a reforma de 1985.

O Código Eleitoral de 1932, segundo Lamonier, *foi divisor de águas na história eleitoral brasileira*. Isso porque, comparando-se, segundo dados do *site* do Tribunal Superior Eleitoral⁴, os meros 7,5 milhões de eleitores em 1945 com os 69,3 milhões em 1985 e os 115 milhões em 2002, vê-se um crescimento extraordinário não só em função da criação do Código, mas também pela abertura política no país.

O crescimento, que expusemos no parágrafo anterior, contrasta com o decréscimo no número de eleitores que compareceram às urnas nas eleições presidenciais de 2010. O número de votantes caiu de 115 milhões de 2002 para pouco menos de 102 milhões no primeiro turno de 2010, ocasião em que Dilma iria disputar o 2º turno com o candidato José Serra. Entender essa queda numa época em que pela primeira vez uma mulher é candidata a presidente da República e em que todos têm direitos garantidos por lei seria tema para outra dissertação.

⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 20 de nov. de 2012.

Entre idas e vindas do direito ao voto, o Brasil teve muitos presidentes empossados, por comandos militares ou indicações políticas. Getúlio Vargas, por exemplo, governou o país durante o chamado “Governo Provisório” em 1930, mas, antes disso, foi Ministro da Fazenda do governo Washington Luís, deixando o cargo em 1928, quando eleito para governar seu Estado (Rio Grande do Sul). Foi o comandante da Revolução de 1930⁵, que derrubou o presidente Washington Luís. Seu primeiro período de governo durou quinze anos, ocasião em que adotou uma política nacionalista.

Em 1934, Vargas promulgou uma nova Constituição e em 1937 fechou o Congresso, prescrevendo todos os partidos e outorgando uma nova Constituição⁶. Getúlio Vargas foi responsável pela instalação do Estado Novo que concedia a ele poderes ditatoriais.

Nesse período, Getúlio adotou forte centralização política e atuação do Estado em diversas áreas. Na área do trabalho, em 1930, criou a Justiça do Trabalho; em 1940, o Ministério da Justiça e o salário mínimo, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), juntamente com a carteira profissional, as semanas de 48 horas de trabalho; as férias remuneradas surgiram apenas em 1943.

Vargas tinha obsessão em tornar o estado brasileiro mais forte, por isso criou, em 1940, a Companhia Siderúrgica Nacional, mais tarde, em 1942, a Vale do Rio Doce e, em 1945, ano em que foi derrubado pelos militares, criou a Hidrelétrica do Vale do São Francisco. Vargas voltou à presidência na eleição de 1950, eleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em uma eleição direta, derrotando Eduardo Gomes da UDN. Neste último mandato, sobretudo, criou a

⁵ A revolução de 1930 foi o movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório no dia três de novembro do mesmo ano.

⁶ Elaborada pelo jurista Francisco Campos, ministro da Justiça do novo regime, e obteve a aprovação prévia de Vargas e do ministro da Guerra, general Eurico Dutra. A essência autoritária e centralista da Constituição de 1937 a colocava em sintonia com os modelos fascizantes de organização político-institucional então em voga em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriormente vigentes no país. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 10/01/2013.

Petrobrás⁷. Foi nesse período que o chefe de sua guarda pessoal foi acusado de estar envolvido no atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, isso levou as Forças Armadas a exigir sua renúncia no último ano do mandato.

Em meio à crise política instaurada, suicidou-se, na madrugada de 24 de agosto de 1954, dentro do Palácio do Catete⁸, no Rio de Janeiro, deixando uma carta-testamento em que apontava os “inimigos da nação” como responsáveis por seu suicídio. Mesmo depois da morte de Vargas, a herança de sua trajetória política continuou influenciando a sociedade brasileira.

Após sua morte, foi empossado ao cargo de presidente da República o advogado Café Filho, natural de Natal, estado do Rio Grande do Norte. Curioso o fato de ter sido o único presidente protestante do Brasil. Café Filho era da Igreja Presbiteriana de Natal.

Pouco mais de um ano, após assumir a presidência, em 1955, Café Filho afastou-se temporariamente da presidência, em virtude de um distúrbio cardiovascular e, ao final do mesmo ano, foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara.

Quando restabelecido da doença, Café Filho tentou reassumir o seu posto, mas foi impedido pelo Congresso Nacional, em 22 de novembro de 1955. O período de 8 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956 foi marcado pelo fato de o Brasil ser governado apenas por presidentes interinos, Carlos Luz e Nereu Ramos, ambos filiados ao PSD.

Após esse período de interinidade, o Brasil tinha um novo presidente. Este ganhou as eleições com um lema curioso "Cinquenta Anos em Cinco". Natural de Diamantina, Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, doravante JK, era filho de um caixeiro-viajante e de uma professora. Formou-se como médico na cidade de Belo Horizonte, em 1927. Fez curso e estágio complementares em Paris e Berlim e casou-se com Sara Lemos em 1931.

⁷ Atualmente, uma das maiores empresas do mundo no ramo da exploração de petróleo e outras fontes de energia.

⁸ Foi a sede do poder executivo brasileiro de 1897 a 1960. Situado no Rio de Janeiro, no bairro Catete, abriga hoje o Museu da República.

JK começou a trabalhar como capitão-médico da Polícia Militar, quando se tornou amigo do futuro governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, que o nomearia como seu chefe de gabinete. Mais tarde, JK seria eleito deputado federal (1934-1937) e nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), onde realizou obras de remodelação e, por isso, vitrine de seus feitos para futuras investidas políticas.

Após uma gestão como deputado constituinte, em 1946, pelo PSD, foi eleito governador em Minas Gerais (1950 a 1954). Mais tarde, concorreu e venceu a eleição para presidente da República, numa coligação PSD-PTB – a mesma coligação que garantiu a vitória de Getúlio Vargas – quando a maioria dos votos era condição para a vitória já no primeiro turno, já que não havia segundo.

Durante seu mandato de presidente, JK, com seu Plano de Metas, construiu hidrelétricas e estradas, além de promover a industrialização e a modernização da economia. O destaque em seu governo, entretanto, foi a construção da cidade de Brasília e a instituição do Distrito Federal, que marcou a transferência da capital federal, em 21 de abril de 1960, do Rio de Janeiro para Brasília.

O governo JK foi marcado por mudanças sociais e culturais como os festivais de música e o movimento musical bossa-nova, iniciado em 1959 por Tom Jobim e João Gilberto. Ao fim de seu mandato, JK foi eleito senador por Goiás, em 1962, mas teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos, em 1964, pelo regime militar.

Mais uma vez, então, a República Federativa do Brasil sofreria uma mudança. Agora era a vez de Jânio Quadros do PTN (Partido Trabalhista Nacional), com o apoio da UDN, eleito presidente depois de JK, mas renunciou após sete meses de governo, em 25 de agosto de 1961. Com essa situação instaurada, o vice-presidente, João Belchior Marques Goulart (PTB), conhecido como “Jango”, deveria assumir o cargo, mas estava em missão diplomática na China e era ligado ao getulismo. Como não foi empossado pelos militares,

interinamente, assumiu o cargo o advogado Pascoal Ranieri Mazzilli, em 25 de agosto de 1961.

Tal impasse acabaria em 7 de setembro daquele mesmo ano, após a aprovação da emenda constitucional que instaurou o regime parlamentarista de governo, condição para que Jango assumisse, afinal, os militares tinham muito receio de seus vínculos com sindicatos, partidos políticos etc. Jango assumiu a presidência, mas com poderes limitados, uma vez que no regime parlamentarista um primeiro-ministro é instituído (Tancredo Neves assumiu tal posto).

A implementação do parlamentarismo não foi sustentada. Em janeiro de 1963, com a realização de um plebiscito, que decidiu pela volta do regime presidencialista, Jango assumiu plenamente os poderes de presidente, mas em meio às tensões sociais e à pressão externa, foi deposto pelo golpe militar de 1964.

O decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que desapropriaria áreas próximas aos investimentos federais (rodovias, ferrovias etc.), em todo o país, assinado no comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, seria o mote para provocar forte reação nos setores mais conservadores e contribuir para a derrubada de Jango.

Nesse momento de derrubada do governo Jango, o general Castello Branco era o comandante militar e havia indícios de que ele teria recebido grande ajuda do governo dos Estados Unidos para que o golpe tivesse êxito. Após o golpe, Jango exilou-se no Uruguai e faleceu em 6 de dezembro de 1976.

Com o Brasil sem presidente, mais uma vez, agora não seria um partido o detentor do poder, uma vez que, além da mudança repentina de regime, houve também uma mudança da denominação “partido”, isso porque, em 1965, com o Ato I-2 (Ato Institucional número 2), emitido pelo primeiro presidente do regime militar, marechal Humberto de Alencar Castello Branco, houve a extinção dos *partidos* políticos, que seriam substituídos por associações políticas nacionais,

nenhuma delas podendo usar a palavra “partido”. Desse modo, portanto, uma associação assumiria o poder. Segundo Chacon (1985: 188):

foram fechados, pelo Ato Institucional nº 2, todos os partidos existentes em 1965: Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e até o Partido da Boa Vontade (PBV) de Alziro Zarur, que tanto se desgastara, nas suas bases também populistas sobretudo cariocas, pelo apoio dado ao golpismo lacerdista.

A primeira associação, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base civil do regime militar, formada por egressos da UDN e do PSD, elegeu, de maneira indireta, quatro presidentes: Castelo Branco (15/04/1964 - 15/03/1967), Costa e Silva (15/03/1967 - 31/08/1969), Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 - 15/03/1974) e Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979). Já a segunda, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) tinha a função de fazer uma oposição moderada e que fosse tolerável ao regime.

O AI-2 também suprimiu as eleições diretas para presidente e governador. Segundo Amaral (2011:45):

[...] os adversários do governo tinham os direitos políticos cassados ou eram submetidos a comissões militares de inquérito; a censura ganhava corpo e os sindicatos caíam sob intervenção, enquanto uma nova política de combate à inflação impunha o arrocho dos salários.

Os governos militares buscavam maneiras de tornar seus mandatos bem vistos pela população, mas de todos esses governos, no que tange ao mercado financeiro, ou seja, ao bolso do brasileiro, apenas um surpreendeu, o de Médici, muito em função do chamado “Milagre Econômico”⁹. Antes de ser nomeado presidente, em 30 de outubro de 1969, Médici havia sido general-de-brigada, nomeado comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, e também apoiador do golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart.

Médici foi nomeado delegado brasileiro na Junta internacional de Defesa Brasil-Estados Unidos, em Washington, assumindo a chefia do SNI (Serviço Nacional de Informações) e também o comando do 3º Exército, no Rio Grande do Sul. Após o afastamento de Costa e Silva, o Alto Comando do Exército indicou o nome de Médici para a presidência da República. Em seu governo, houve o conhecido “milagre econômico”, que representou uma significativa melhora na economia brasileira, com aumento do PIB (Produto Interno Bruto), estabilização da inflação em índices inferiores a 20%, aumento da produção industrial, além da melhora dos níveis de emprego.

Por um lado, tal crescimento, o maior já visto na República, se deu muito em função do crescimento da indústria de automóvel, que gerava muitos novos empregos e, assim, possibilitava o desenvolvimento de outros setores econômicos, fazendo com que fosse aumentada a arrecadação do Governo através dos impostos. Por outro lado, o país, economicamente bem, vivia um período social conturbado, com muita repressão e tortura.

Esse período de pujança não durou muito tempo. No final do governo Médici, já se fazia sentir a falência do “milagre econômico” juntamente com a crise internacional do petróleo. A falta e o aumento do preço desse produto deram início a uma crise de energia no Brasil. Nessa época, o país importava 80% do

⁹ No governo do presidente Médici foi implantado no Brasil uma medida de crescimento econômico, o principal idealizador dessa medida foi o ministro da fazenda, que atuava desde o governo Costa e Silva, Antonio Delfim Netto, esse projeto tinha como princípio o crescimento rápido. O que ocorreu para provocar esse chamado “milagre” foi o imenso capital estrangeiro no país. Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br>. Acesso em 12/01/2013.

combustível que consumia. Quinze anos após ser nomeado presidente, Médici faleceu, no Rio de Janeiro, em nove de outubro de 1985.

Mais uma vez, então, o Brasil passaria por uma nova experiência política. Após Médici, houve a indicação do novo presidente militar, o general Geisel, que foi nomeado através de eleição indireta e passou a exercer o cargo de presidente da República, em 15 de março de 1974. Seu governo foi marcado pelo processo, denominado pelo próprio presidente, como de *distensão lenta, gradual e segura, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país*. Os temas “desenvolvimento e segurança”, propostos pela ESG (Escola Superior de Guerra), foram mantidos durante seu governo, marcado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança mantidos após o golpe de 1964.

No ano de 1974, o governo permitiu a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5 (Ato Institucional número 5, que fechou o Congresso Nacional, suspendeu *Habeas Corpus* etc.), e os candidatos do MDB, à Câmara dos Deputados e ao Senado, obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. O MDB conquistou 16 das 21 cadeiras em disputa no senado e dobrou sua bancada na Câmara para 161 deputados, número capaz de criar comissões de inquérito, atrasar votações e barrar mudanças na Constituição, os militares começaram a reagir, e com muita truculência.

Supõe-se que toda a situação foi orquestrada pelo então presidente do MDB e deputado eleito por São Paulo, Ulysses Guimarães, que deu visibilidade ao partido ao apresentar-se como anticandidato na eleição indireta de Ernesto Geisel, com o intuito de denunciar a farsa do regime ditatorial, após o golpe de 64, comandada por Castelo Branco (15/04/1964 - 15/03/1967), Costa e Silva (15/03/1967 - 31/08/1969) e Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 - 15/03/1974).

No início do mesmo ano, havia terminado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1 (Ato Institucional número 1), como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teve fim a censura prévia ao jornal O Estado de São Paulo, medida estendida mais tarde a outros órgãos da imprensa.

Em 1976, JK tentou organizar uma frente ampla pela redemocratização do país, junto com Carlos Lacerda e João Goulart, mas não conseguiu se eleger outra vez. Como isso, afastou-se da política e passou a trabalhar como empresário. Faleceu em um desastre com o automóvel em 22 de agosto de 1976. Até hoje se especula a causa do acidente.

As iniciativas liberalizantes não evitaram medidas autoritárias do governo, registrando-se, durante todo o período Geisel, a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a utilização, em diversas ocasiões, do AI-5.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ligado ao PCB e diretor da TV Cultura, em outubro de 1975, entre outras mortes, causaram uma crise no governo. Herzog morreu na tortura do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo. O comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello, sustentou a versão de suicídio. Após seu assassinato, houve diversas manifestações, o que fez Geisel tomar algumas medidas, tal como demitir comandantes e generais.

As ações do presidente não se restringiram a apenas algumas demissões. Em 1976, foi elaborada a Lei Falcão, que alterou a propaganda eleitoral, impedindo o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão e, novamente, o AI-5 foi utilizado, agora para cassar mandatos e fechar o Congresso para que o chamado “Pacote de Abril” adiasse, de 1978 para 1982, a volta das eleições diretas para governador, mas quando concluiu seu mandato, em 1979, o mandatário revogou o AI-5, substituindo-o pela Lei de Segurança Nacional, com isso, deixou para João Figueiredo – PDS (Partido Democrático Social), seu sucessor, alguns “problemas” para resolver: a Anistia, as greves por todo o país, a reforma partidária e a inflação, que estava descontrolada.

O sucessor de Geisel, João Figueiredo, durante o governo Jânio Quadros, integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, participou do movimento político-militar que culminou no golpe de 1964, de maneira que foi nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Ainda na área militar, foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas - Dragões da Independência (1967-1969), chefe do estado-maior do III Exército (1969) e Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974). Finalmente, através de eleição indireta, passaria a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1979.

Como tentativa de resolução do primeiro problema deixado por Geisel, a Anistia, Figueiredo negociou a aprovação de um projeto restrito, excluindo os condenados que ainda estivessem cumprindo pena por assassinatos. O segundo, as greves, Geisel começou combatendo com cassetetes e tropas do exército. Exemplo disso foi a ocupação da cidade de São Bernardo por tropas, em abril de 1979. Nessa ocasião, Luiz Inácio Lula da Silva e alguns diretores de sindicatos foram presos com base na Lei de Segurança Nacional, criada por Geisel.

Já o terceiro problema, a reforma partidária, foi enfrentado com a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos pelo Congresso Nacional, em novembro de 1979, que extinguiu o bipartidarismo. Tal extinção fez com que cada partido buscasse seu próprio destino. Desse modo, para substituir a ARENA surgiram o PFL (Partido da Frente Liberal) e o PDS (Partido Democrático Social), e de dentro do MDB surgiram o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). O PSDB (Partido Social-Democrático Brasileiro) surgiria apenas em 1988. Constatou-se que era melhor para o Brasil manter um sistema de representação amplo.

Diante de todas as mudanças e manifestações, a começar pelas eleições e pela Campanha das Diretas-Já, em 15 de janeiro de 1985, houve a sessão do Colégio Eleitoral que resultou na vitória de Tancredo Neves, advogado, filiado ao PMDB e ex-governador de Minas Gerais (1983-1984) e de seu vice, o

senador José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, conhecido como José Sarney, do PFL, que venceram o Paulo Maluf. Um dia antes da posse, em 14 de março de 1985, Tancredo Neves foi internado em estado grave, assumindo interinamente o cargo, o vice-presidente José Sarney. Tancredo morreu em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985. O também advogado, José Sarney, assumiu a presidência, em 15 de março de 1985 e, com a morte de Tancredo, em 21 de abril, foi efetivado no cargo.

Antes de ser presidente, Sarney havia sido eleito por dois mandatos como deputado federal (1958-1965). Em 1964, fez oposição ao golpe militar que depôs o presidente João Goulart. Com a instituição do bipartidarismo, em 1965, aderiu ao partido governista, a Arena. Governou o Maranhão (1966-1971) e cumpriu dois mandatos como senador por aquele estado (1971-1985), tornando-se um dos principais representantes políticos do regime militar.

Em 1979, após o fim do bipartidarismo, Sarney participou da fundação do PDS (Partido Democrático Social). Deixou o partido em 1984 e ingressou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e foi indicado como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, pela Frente Liberal.

O governo de Sarney foi marcado por tentativas frustradas de medidas econômicas de combate à inflação e pelo estabelecimento de uma nova Constituição, que foi promulgada em 5 de outubro de 1988. A Carta, considerada a mais democrática da história brasileira, estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governador e prefeito. Quanto às medidas econômicas, em 1º de março de 1986, foi estabelecido um plano de ampla reforma monetária, que ficou conhecido como “Plano Cruzado”, com a implantação de uma nova moeda, o cruzado. Tal plano previa o congelamento de preços e salários. O plano não foi bem sucedido.

Após tentativas, sem sucesso, de controle da inflação e adoção de novos planos, em janeiro de 1988, Sarney nomeou um novo ministro da economia, Luís Carlos Bresser, que implantou um novo plano econômico de estabilização, o “Plano Bresser”, que também não vingou. Nova tentativa aconteceria em 1989, quando uma nova estratégia econômica, denominada “Plano verão”, foi

anunciada pelo governo, mas também não trouxe o resultado esperado. A taxa anual de inflação havia fechado em patamares jamais vistos.

No final do governo Sarney, em 1989, haveria eleições diretas para presidente da República. O país se encontrava em caos econômico. Havia muitas greves em todo o país, inclusive nos setores de assistência médica-hospitalar, transportes coletivos e dos funcionários públicos, considerados essenciais.

Após o término de seu mandato presidencial, embora natural do Maranhão, Sarney transferiu seu título eleitoral para o então recém-criado Estado do Amapá, estado que o elegeu três vezes senador no período de 1991 a 2006, exercendo a presidência do Congresso por quatro mandatos (1995 a 1997; 2003 a 2005; 2009 a 2011 e de 2011 a 2013). Atualmente (2013), exerce o cargo de Senador pelo Amapá.

As eleições presidenciais de 1989 foram realizadas em dois turnos. No segundo turno, Fernando Collor de Mello, candidato do PRN (Partido da Reconstrução Nacional) e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos trabalhadores), disputaram o voto do eleitorado em 17 de dezembro de 1989, mas Collor foi eleito pela maioria dos votos e assumiu o governo em 15 de março de 1990.

Fernando Collor de Mello é carioca, oriundo de uma família com tradição política. Kursou economia na Universidade de Brasília e, em 1973, assumiu o comando do jornal da família em Maceió, a Gazeta de Alagoas. Sua carreira política iniciou quando foi nomeado prefeito de Maceió, em 1979 e, em 1982, foi eleito deputado federal pelo PDS (Partido Democrático Social). Após experiência no comando de uma cidade e na Câmara Federal, em 1986, disputou a eleição para governar Alagoas pelo PMDB e foi eleito. Durante seu governo, ganhou destaque nacional como o "caçador de marajás", devido à repercussão de suas investidas no combate à corrupção de funcionários públicos que recebiam salários expressivos.

Todo esse destaque fez com que Collor vislumbasse o cargo mais alto do país, o de presidente. Candidatou-se à presidência da República em 1989 pelo

PRN (Partido da Renovação Nacional), quando derrotou Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores). Assim que assumiu o cargo, adotou medidas econômicas impopulares, como o bloqueio dos saldos das contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas. O "confisco", como ficou conhecida a medida, que causou complicações até hoje lembradas pelo povo brasileiro, foi orquestrada pela então ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello.

As denúncias de corrupção começaram aos poucos e, em abril de 1992, quando Pedro Collor, irmão do presidente, revelou a existência do "esquema PC Farias" (Esquema de tráfico de influência e irregularidades financeiras, organizado por Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha de Collor), ganharam mais força e exposição na mídia. As ruas foram tomadas por estudantes, que eram denominados "caras pintadas".

Com um *impeachment*¹⁰ a vista, em 2 de outubro de 1992, Collor foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo na Câmara dos Deputados. Renunciou ao cargo de presidente, em 29 de dezembro, no mesmo ano, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, mas mesmo assim teve seus direitos políticos cassados, tornando-se inelegível por oito anos.

Como rege a Constituição, em caso de afastamento do presidente, assumiria o então vice-presidente, neste caso, o engenheiro Itamar Augusto Cauterio Franco, conhecido como Itamar Franco.

Collor, mesmo cassado, não desistiu da vida pública e tentou concorrer à prefeitura de São Paulo, nas eleições de 2000, mas foi impedido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Mais tarde, disputaria as eleições de 2002, concorrendo ao cargo de governador de Alagoas, mas fora derrotado pelo então governador, Ronaldo Lessa (PSB). Em 2006, elegeu-se senador pelo Estado de Alagoas, conquistando um mandato de oito anos. Em 4 de março de 2009, tornou-se presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

¹⁰ "Impeachment" é um termo de origem inglesa que significa impedimento. Trazido para o âmbito político, estabelece um instrumento pelo qual os regimes liberais traçam a limitação de poderes dos membros do Poder Executivo. Disponível em <http://www.mundoeducacao.com.br>. Acesso em 10/01/2013.

Com a saída de Collor, Itamar Franco tinha desafios vários. Entre tantos, o de estabilizar a economia. Sua administração foi marcada pelo lançamento do Plano Real, em 1º de março de 1994. Criado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano promoveu a queda da inflação e, no primeiro trimestre de 1994, a atividade econômica cresceu em proporções comparáveis apenas ao início da década de 1980, verificando-se um grande aumento do consumo, apesar da manutenção das altas taxas de juros.

A economia pujante e com indícios de estabilidade fez com que os índices de aprovação popular fossem elevados, de modo que Fernando Henrique Cardoso passou a ser apontado como um dos nomes favoritos da disputa presidencial. FHC, como ficou conhecido, afastou-se do governo Itamar em abril de 1994 para disputar as eleições das quais sairia eleito. Com a vitória de seu ministro e o afastamento da presidência, Itamar tornou-se embaixador do Brasil em Portugal e, posteriormente, ocupou o mesmo posto na OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington (EUA). Retornou ao Brasil para disputar e vencer as eleições para governador de Minas Gerais, em 1998. Governou Minas de 1999 a 2002. Nesse ínterim, Itamar criticou bastante o governo FHC e foi nomeado embaixador do Brasil em Roma, pelo presidente Lula.

O Senado Federal era o próximo objetivo de Itamar, mas ao tentar uma vaga para a disputa no PMDB, não teve a aprovação do partido. Após esse ocorrido, Aécio Neves (PSDB), então governador de Minas Gerais, convidou Itamar para presidir o Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), e neste posto permaneceu no período de 2007 a 2010.

Itamar Franco ainda tinha como objetivo ser Senador, mesmo com 80 anos de idade. Finalmente, em 2010, elegeu-se senador por Minas Gerais, pelo PPS (Partido Popular Socialista). Com idade avançada e, em decorrência de um acidente vascular cerebral, foi internado em São Paulo e faleceu aos 81 anos, em julho de 2011, diagnosticado com leucemia.

Historicamente, militares, advogados, médicos e engenheiros assumiram a presidência da República Federativa do Brasil, mas, em 1994, era a vez de

Fernando Henrique Cardoso de Melo, o FHC, carioca, oriundo de uma família de militares de grande tradição nacionalista. Após o golpe militar de 1964, FHC exilou-se no Chile e, mais tarde, na França. Voltou ao Brasil em 1968 e tornou-se professor de ciências políticas na USP. Meses depois, foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 (Ato Institucional nº 5). Fundou, então, com outros pesquisadores cassados, entre eles Celso Furtado, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Mesmo silenciado pela ditadura militar, FHC continuou pesquisando, fazendo palestras e escrevendo artigos na imprensa, sempre como crítico do regime militar e defensor de uma transição pacífica para a democracia. Mais tarde, em 1978, foi eleito suplente de Franco Montoro para o Senado, pelo MDB. Assumiria o cargo em 1983, quando Montoro foi eleito governador de São Paulo.

Em 1985, FHC foi candidato a prefeito de São Paulo, mas perdeu para o ex-presidente Jânio Quadros. Em 1986, reelegeu-se para o Senado. Em 1988, fundou, com outros líderes políticos, o PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro). Com grande circulação no meio político, FHC, foi nomeado, em 1992, ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco, e, em 1993, assumiu a pasta da Fazenda, quando criou o Plano Real.

Com o sucesso do Plano Real e com a sensação de estabilidade percebida pela população, FHC foi afastado do ministério para disputar as eleições presidenciais de 1994, quando venceu no primeiro turno. Seu governo foi marcado pelas privatizações de empresas estatais das áreas de comunicação e petróleo, bem como pela eliminação de restrições ao capital estrangeiro. Para os neoliberais, essa ampla política de privatização de empresas estatais renovou o país nas áreas de telefonia e de extração e comercialização de minérios. Visão contestada por outros partidos, entre os quais, o PT e o PSOL.

Com a emenda à constituição que tornava a reeleição possível no Brasil, aprovada pelo congresso, FHC se reelegeria em 1998. Com os índices de aprovação popular elevadíssimos e a economia com sinais de futuro próspero,

tudo o que era proposto tinha a aprovação do povo. Tudo isso resultaria na segunda vitória de FHC, no primeiro turno novamente.

Consideráveis avanços foram obtidos durante os dois mandatos de FHC, como a implementação de várias políticas sociais de transferência de renda para as populações mais pobres, tais como os programas bolsa-escola, vale-gás e bolsa-alimentação. Avanços importantes também foram conseguidos nas áreas da educação, da saúde (com a distribuição gratuita de medicamentos contra a AIDS e a criação dos remédios genéricos, vendidos a preços menores que os praticados por alguns laboratórios) e na questão agrária. Apesar das crises externas, que impactaram a economia brasileira durante os quatro anos de seu segundo governo, o Plano Real mostrou-se forte e a inflação se manteve baixa.

O único setor que não acompanhou tal desempenho foi o elétrico, pois além da ocorrência de longa estiagem, o setor recebeu poucos investimentos. Isso fez com que houvesse um colapso nas centrais hidrelétricas, ameaçando o país com o chamado "apagão". O racionamento de energia elétrica foi imposto e a economia brasileira ficou estagnada por um período.

Tal deficiência no setor elétrico foi o mote de que a oposição precisava para dar cabo da era PSDB no poder. Dessa vez, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula do PT, em 2002, venceria o candidato do PSDB, José Serra, avalizado por FHC. A transição foi democrática, pelo menos institucionalmente.

Após esta explanação, sobre a trajetória dos *partidos* políticos do Brasil, passaremos ao nosso próximo item, em que discorreremos sobre o Partido dos Trabalhadores, o PT, fundado na década de 1980.

1.2. O Partido dos Trabalhadores (PT)

Consideramos, na elaboração do segundo e terceiro itens do primeiro capítulo, as contribuições de Kotscho (2006), Villa, M. A. & Angelo (2009), Lamonier

(2005), Secco (2011), além da consulta ao Programa de Governo do PT e ao Manifesto de fundação do PT, entre outros, uma vez que se trata de aspectos da história da política brasileira, do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula.

O partido surge oficialmente a partir de um Manifesto realizado no Colégio Sion, em São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980, publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Tal manifesto expunha a indignação do partido frente às políticas adotadas à época e a defesa da participação popular no poder. O excerto a seguir esboça o início do Manifesto¹¹:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

O PT, historicamente, como o “partido dos trabalhadores”, “da massa”, nascia na condição de oposição e, portanto, produzia discursos com críticas veementes aos vários setores sociais. No Manifesto, há marcas de tais proposituras:

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros,

¹¹ Extraído do documento Manifesto de Fundação do PT (1980), no site www.pt.org.br. Acesso em 08/03/2011.

estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Segundo Lamonier, o alvo do PT eram as camadas desprestigiadas pelo poder público para arrebanhá-las no plano de poder do partido. Com isso, houve muita adesão ao PT, em vários estados do Brasil, resultando muitas vitórias eleitorais, mas as participações do PT, nas eleições presidenciais, sempre causaram repercussão nacional, ora positiva ora negativa.

A filosofia do partido era calcada no tripé: “lutas sociais”, “partido de massas” e “participação política dos trabalhadores”. O PT buscava identificação com seu público-alvo. A busca pela identidade do partido fez com que despontasse a figura de um trabalhador clássico, o Lula. De origem humilde, metalúrgico, que acabou ocupando a presidência do PT de 1980 a 1994 e figurou como presidente de honra de 1994 a 2002, quando finalmente venceu as eleições para o cargo de presidente da República.

A trajetória do PT e do Lula se confundem. Isso porque, assim como o partido, o candidato precisou remodelar-se para atingir de fato seus eleitores. Um homem do povo precisaria mostrar seus atributos e competência para comandar um país do tamanho do Brasil. Essa era a premissa latente na grande mídia e a qual os trabalhadores abraçavam.

Com a necessidade de mostrar-se conhecedor não só dos problemas do país, mas também de soluções para tais problemas, o PT precisou apresentar um Programa de Governo que atendesse às expectativas da população. O Programa de Governo¹² do PT refletia os anseios de seus adeptos e buscava, com um discurso popular, a adesão de todas as classes trabalhadoras. No primeiro parágrafo do Programa, já se pode detectar tal objetivo:

¹² Programa de Governo do PT. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso: 21/05/2011.

um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

O termo “trabalhador” é bastante abrangente, mas o PT partia da premissa de que determinados grupos de trabalhadores, os chamados “populares”, que eram preteridos pelo governo e, muito por isso, precisariam ser representados por um partido que realmente conhecesse suas necessidades e que defendesse seus empregos e condições de trabalho. No segundo parágrafo do Programa de Governo, o PT evidencia o que o difere dos demais partidos:

nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Considerando o momento de repressão por que o Brasil passava, à época de fundação do PT, é importante destacar o que o Programa de Governo do PT considerou em seus sétimo e oitavo parágrafos:

Entre as prioridades que o Partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso, devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia-a-dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o Partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo Partido deverá servir para orientar sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

Desse modo, percebemos que o Programa do PT é todo voltado às situações vividas pelos trabalhadores do Brasil que, até a década de 1980, segundo o manifesto do partido, tinham negados seus interesses, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, dos trabalhadores braçais aos profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos.

De acordo com o Programa, *o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.*

Lula era a encarnação do PT e das propostas de tal Programa e, por isso, começou suas empreitadas na cena política. Seu primeiro teste eleitoral foi como candidato a governador de São Paulo, em 1982. Ficou em quarto lugar.

Quatro anos depois, elegeu-se deputado constituinte com 650 mil votos, a maior votação de um deputado na história do país, até então. Em 1987, enquanto grande parte de seu partido ainda defendia a luta revolucionária, Lula brigava por reformas no Congresso. Em 1988, o PT daria um salto maior ainda ao ganhar as eleições para 37 prefeituras do país - entre elas, São Paulo, com a candidata Luiza Erundina, primeira mulher eleita prefeita, na maior e mais rica cidade do Brasil. A partir dali, foram catorze anos de presença do PT em diferentes esferas do poder público, até a chegada de Lula à Presidência do país, na quarta tentativa, em 2002.

Lula foi definido candidato pelo partido para concorrer à presidência em 1989, quando conseguiu chegar ao segundo turno, superando o trabalhista Leonel Brizola, mas perdeu o confronto com Fernando Collor de Mello. Brizola apoiou Lula no segundo turno, embora sempre dizendo que Lula, por causa de sua imagem de radical, era o adversário escolhido pelo grande empresariado e pelas forças de direita.

Diante disso, polarizada a disputa, Collor aproveitou esse ponto para incutir medo no eleitorado, associando o candidato petista ao fim do direito à propriedade privada, confisco dos bens, invasões de terra, ocupação de fábricas etc. Como o discurso era sempre muito popular, Lula atingia grande parte da população, mas não alcançava a parcela, embora menor, mas dominante, a classe média alta. O seu *jingle* era “Lula lá”.

Após perceber as mudanças sociais por que o país vinha passando, o PT acompanhou as mudanças e modificou seu discurso e sua imagem. Em 2002, o “Lula lá” deu lugar à “Por um país decente” e para a reeleição, em 2006, a vez era de “Lula de novo com a força do povo”.

Os *jingles* e as campanhas presidenciais de Lula foram acompanhando as fases vividas, não só pelo candidato como também pelo Partido dos Trabalhadores, e simbolizam o ideário pelo qual tanto o candidato quanto o partido eram orientados. Tudo isso refletia o processo de mudança da imagem pública de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, sobretudo no que cernia o *discurso*.

As mudanças mais significativas ocorreram após o partido perceber um possível quarto fracasso, Lula e o seu grupo de sustentação dentro do partido, o qual era o majoritário, decidiram rever as políticas puristas na escolha de alianças e recorrer ao potencial do *marketing* político. Desse modo, resolveram estabelecer acordos com partidos, antes criticados, e planejar uma política de opinião.

Primeiro, aliou-se ao PL (Partido Liberal) e, com isso, em 2002, conseguiu, pela primeira, vez vencer seus adversários, tanto no primeiro como no segundo turno, em São Paulo e, principalmente, em Minas Gerais. E, segundo, recorreu a Duda Mendonça, especialista em *marketing* político.

Kotscho (2006:220), assessor de comunicação de Lula por três vezes, descreve a estratégia de Duda Mendonça para a eleição de 2002:

Ao analisar as pesquisas a favor e contra, Duda Mendonça sintetizou qual seria nosso trabalho: ‘Nós temos um terço do eleitorado com Lula, um terço contra Lula e um terço que não é a favor nem contra. É por esse eleitor que nós precisamos brigar, ao mesmo tempo em que trabalharemos para diminuir o índice de rejeição.

De acordo com Kotscho, era preciso acabar com a imagem de “barbudo analfabeto”, “pobre sindicalista”, “extremista” e incutir a imagem de “conciliador”, “bom governante”, “preocupado com todos”. Daí surgiram os lemas “A esperança venceu o medo” e “Lulinha paz e amor”. Para tanto, o

candidato modificou não só sua aparência, mas também os cortes e as grifes de seus ternos. Surgia um novo Lula e um novo PT.

Em 2005, porém, o partido que chegou ao poder, em parte devido à reputação ética, se viu envolvido em denúncias de corrupção – mais conhecidas como “mensalão” – esquema liderado por José Dirceu (ex-ministro chefe da casa civil de Lula). A imagem de correção do PT foi ameaçada por denúncias.

Mesmo com tantas denúncias e com a exposição feita pela mídia, em 2006, com a imagem ética do PT ainda mais prejudicada, Lula tornou-se um homem-partido e foi reeleito com mais de cinquenta e oito milhões de votos¹³, a segunda maior votação de um governante numa democracia ocidental.

Depois da segunda posse, embalado pelo bom desempenho econômico, A popularidade de Lula manteve-se alta. A boa avaliação, entretanto, era restrita ao presidente. Nesse momento, o PT não era mais tão confiável perante os brasileiros, mas Lula sim e, em razão disso, após seu segundo mandato, avalizou uma mulher, até então desconhecida, como candidata à presidente da república e, assim, pela terceira vez, Lula teria o aval do povo do Brasil e de seu partido.

Quem era essa desconhecida? Tal questionamento só fazia parte dos discursos da oposição e não da maioria da população, que tinha não só a certeza de que Lula era o melhor presidente que o Brasil já teve, como também o seu voto garantido para quem ele indicasse. Dilma Rousseff estava inserida na disputa presidencial e sua imagem e o seu discurso foram adaptados à sua condição, candidata.

¹³ Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>. Acesso em 25/06/2012.

1.3. Lula e o cenário contemporâneo do PT

O PT, com Lula, surge como uma oposição de esquerda e com proposta de popularizar a política e direcionar seus discursos à “massa”, ao “povo”. O crescimento do PT intensificou-se após fatos importantes e polêmicos dos anos 80: o descontrole da inflação, a figura de sindicalista atuante de Lula, luta por melhores salários e, na década de 1990, o movimento social, que resultou no *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Este último evento permitiu a valorização do tema “ética” na vida política do país.

A posse do vice de Collor, Itamar Franco, após o *impeachment*, não seria tranquila, muito em função da imagem que se tinha dele: rígido, preocupado com questões secundárias e quase nenhuma empatia com o povo. Segundo Lamounier (2005: 202):

nos primeiros meses de 1993, tendo na memória a frustração produzida pela aventura Collor e diante de si a manifesta falta de rumos de Itamar Franco na presidência, muitos líderes políticos, empresariais e da mídia conjecturavam que o Brasil precisaria passar por um período de “purgação” antes de conseguir recriar condições de governabilidade e implementar um programa sério de combate à inflação. Por período de purgação entendiam um governo de esquerda ou populista, de cujos escombros nascesse alguma solução consistente.

O momento era de incertezas. Itamar conseguiria ou não estabilizar a economia do país? Como proposta ousada, Itamar convidou o então ministro de Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para assumir o cargo de ministro da fazenda com poderes semelhantes aos de um primeiro-ministro. Além de, respeitando o que estava previsto numa emenda da nova

Constituição, após a redemocratização do Brasil, Itamar realizou um plebiscito, no qual os eleitores iriam decidir se o país teria um regime republicano ou monarquista. Essas e outras iniciativas de Itamar fizeram com que, no período de abril de 1993 até o final de 1994, o Brasil começasse a superar a crise que se iniciara na década anterior.

Diante desses fatos, com a estabilização da economia e o controle da inflação, Fernando Henrique Cardoso, fortalecia-se como candidato à presidência da República. Quando anunciou sua candidatura, em março de 1994, a inflação ainda era alta e a moeda desvalorizada, mas em julho, ao substituir a moeda “cruzeiro real” pelo “real”, a inflação caiu, isso fez com que as pesquisas o indicassem favorito nas eleições, deixando Lula em desvantagem.

O fato de ter sido o responsável pelo controle da inflação foi determinante para que FHC fosse eleito em 1994 e reeleito em 1998. No entanto, durante o segundo governo, acompanhou quedas nos índices de popularidade, muito em razão da desvalorização repentina do Real, da queda na taxa de crescimento do PIB e do aumento da taxa, que voltou a subir. A crise energética, após o “apagão”, em 2001, foi o mote de que a oposição precisava para contrastar suas propostas, ante o possível fracasso do PSDB, num setor essencial e estratégico do país.

Com todos esses percalços, FHC sequer tinha forças políticas para indicar um sucessor com chances reais de vitória, isso fez com que o adversário político, o Lula, que disputara várias eleições para o mesmo posto, tivesse condições para disputar e ganhar as eleições de 2002.

O PT chegou ao patamar mais alto dos poderes em 2002 e não tinha planos de sair de lá tão rápido, por isso mudou sua plataforma de governo, realinou suas bases, reestilizou seu discurso e alinhou-se ao pragmatismo capitalista, proposto pelo antecessor. Tais medidas fizeram com que Lula mantivesse-se no poder por dois mandatos (2002-2006 / 2006-2010).

Após todas essas mudanças na política e os avanços democráticos, protagonizados pelo Brasil, ao eleger um operário ao cargo mais alto da República, o país tornar-se-ia ainda mais democrático, sobretudo no que cerne ao papel da mulher, que ainda não havia galgado o posto de presidente da República.

Dos quinhentos e treze Deputados na Câmara Federal, a maioria continua sendo do sexo masculino; no Senado, com 81 parlamentares, o cenário é semelhante. Esse é o panorama do poder no Brasil até 2010, ano em que Lula enfrentaria uma oposição obstinada pelo poder e com chances reais de obtê-lo, uma vez que o ex-operário finalizaria seus dois mandatos e, portanto, não poderia reeleger-se.

Durante as eleições, o enfrentamento foi intenso, mas o PT de Lula ousou lançar candidata à presidência alguém que nunca concorreu a um cargo público e que sempre ocupou cargos técnicos. Antes, o PT já tinha quadros importantes no cenário político, senadoras, deputadas, prefeitas e vereadoras. Entre tantas, Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo – atualmente no PSB; Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo, ministra e, atualmente, senadora; Marina Silva, uma senadora de origem bastante simples, que deixou o PT para concorrer à presidência, pelo PV (Partido Verde), nas eleições de 2010, e participa, atualmente, da fundação de outro partido, a Rede Sustentabilidade, visando às eleições de 2014.

O PT sempre buscou inserir, em seus quadros, mulheres que influenciassem o rumo político, em regiões estratégicas do Brasil. Tudo isso funcionaria como laboratório para uma empreitada ainda maior da mulher, dentro do PT: a presidência da República.

Após muitos encontros e desencontros na procura de um nome para a disputa presidencial, após a queda de José Dirceu, acusado de orquestrar o “mensalão”, Lula, que havia posicionado Dilma em cargos de maior visibilidade no governo federal, entre eles o de Ministra de Minas e Energia, percebeu a

oportunidade de empregar Dilma ao cargo de Ministra Chefe da Casa Civil, este cargo deu muito destaque à Dilma. A estratégia foi assertiva.

1.4. Dilma Rousseff: de presa política a Presidente do Brasil

Para a elaboração deste quarto item, do capítulo primeiro, consideraremos as contribuições de Amaral (2011), entre outros autores, uma vez que discorreremos novamente sobre a história da política do Brasil e do histórico de Dilma Rousseff.

Ela é mineira, economista, formada pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais (1977), tem uma filha, foi esposa de deputado, combatente da ditadura, filiada ao PDT e, mais tarde, ao PT, partido que abriu espaço para ela exercer cargos de comando no governo Lula (2002-2010). O cargo que a projetou como enérgica e líder foi o de Ministra Chefe da Casa Civil. Popularizou-se quando Lula a designou como “mãe” PAC (Plano de Aceleração do Crescimento).

Nasceu aos 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte. Teve o mesmo nome de batismo da mãe, a professora primária Dilma Jane, por isso, para os mais íntimos, é chamada de Dilminha. Já o segundo nome, Vana, foi uma homenagem à irmã mais nova de seu pai, o imigrante búlgaro Pedro Rousseff (advogado e empreendedor).

Quando chegou ao Brasil, mais precisamente em Minas Gerais, Pedro Rousseff e a família acompanharam parte importante da trajetória de Juscelino Kubitschek, que terminava seu mandato de prefeito em Belo Horizonte e, mais tarde, seria eleito Deputado Federal, Governador e Presidente da República.

Eram os “anos dourados” que se iniciavam. Ao longo da década de 1950, a economia brasileira foi industrializada rapidamente, passando de rural a urbana. Nessa época, foram se popularizando os eletrodomésticos, que prometiam facilitar a vida do lar.

Segundo Amaral, com o país em pleno desenvolvimento, Pedro Rousseff aproveitou as oportunidades e proporcionou uma vida de conforto à família. Seus negócios se estabilizaram quando a empresa alemã “Mannesmann” (até então, maior fabricante de tubos de aço do mundo) construiu e inaugurou, em 1954, a siderúrgica do Barreiro, na região industrial de Belo Horizonte. A família, formada pelos pais, Dilma e mais dois irmãos, Igor e Zana, fazia parte da classe média-alta de Belo Horizonte, moravam numa ampla casa. Dilma estudou no tradicional Colégio Sion e, sob a influência do pai, leu muitos clássicos da literatura mundial.

De acordo com Amaral, com o fechamento do Colégio Sion, Dilma foi transferida para o Santa Dorotéia, onde cursou o último ano do antigo ginásio (atualmente, ensino fundamental II). Nos meses finais de ginásio, a estudante decidiu prestar exames para o antigo curso científico (atualmente, ensino médio) no prestigiado Colégio Estadual Central. Conseguiu ser admitida em março de 1964, dias antes do golpe militar.

Ao completar quinze anos, acompanhou a morte de seu pai, que foi vítima de uma crise de angina. Pedro Rousseff fumava mais de duas carteiras de cigarro por dia. O pai deixou muitos bens, o que deixaria a família financeiramente bem.

Amaral enfatiza que a geração de Dilma Rousseff crescera envolvida com a política do país, que estava à iminência do golpe militar. Quando tinha apenas dezesseis anos, ela já fazia parte de organizações clandestinas como ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista-Política-Operária) – criada em 1961 por dissidentes do PCB e do antigo PSB e por seguidores do russo Leon Trotski. A Polop reivindicava a herança de Vladimir Lenin, pai da Revolução Soviética de 1917, da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo.

A principal atividade da Polop era imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e “educar” o proletariado. Posteriormente, Dilma fez parte da Colina, cujo objetivo era alcançar o socialismo, e não apenas lutar contra o imperialismo e, mais tarde, Dilma integrou a VAR-Palmares, que tinha como característica a luta armada.

Dilma, aos dezenove anos, com o esposo, companheiro de militância e jornalista, Claudio Galeno, que fora detido no presídio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, e que também era membro da Polop e repórter do jornal “Última Hora”, foram morar em um dos imóveis deixados por Pedro Rousseff, em Belo Horizonte, lugar em que recebiam militantes que chegavam de outras cidades para reuniões da Colina.

Como a organização estava ameaçada pelo regime ditatorial, Galeno e Dilma foram escalados para realizarem tarefas em diferentes cidades. Galeno foi para Porto Alegre e Dilma organizaria as bases da Colina, preparando esconderijos e levantando rotas de fuga. Dilma foi deslocada para o Rio de Janeiro, onde deveria fazer contatos e preparar documentos políticos para a fusão da Colina com a VPR, que mais tarde se chamaria VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares).

Em 1969, encontrava-se separada de Galeno e casada com o advogado e militante gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, comunista, filho de Afrânio Araújo – primeiro advogado dos sindicatos dos trabalhadores no Rio Grande do Sul. Nesse período, Dilma e Araújo, assim como os demais companheiros, precisaram criar nomes fictícios, ele *Max*, ela se passava por vários nomes: *Estela*, *Vanda*, *Marina*, *Maria Lúcia* ou *Luiza*, pois estavam na clandestinidade e procurados pela ditadura.

A organização VAR-Palmares tentava levantar fundos para seus propósitos e um dos meios utilizados foram assaltos aos cofres de políticos corruptos e o alvo da vez seria a casa de Ana Capriglione, que havia sido secretária e amante Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo, famoso pelo “rouba,

mas faz” e pelo envolvimento com o jogo do bicho. O assalto rendeu à organização alguns milhões de dólares. Para a grande mídia, Ana disse que só havia documentos nos cofres roubados.

Vários membros da organização foram presos, torturados e Dilma foi um desses membros. Ela foi presa em janeiro de 1970 e passou vinte e dois dias sob tortura no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) – órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro, durante o regime, inaugurado com o golpe militar de 31 de março de 1964, em São Paulo, e cumpriu pena de dois anos e dez meses.

De volta ao Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, após sua libertação, Dilma foi mãe de uma menina, chamada Paula Rousseff de Araújo, e ingressou na política partidária. Participou do movimento pela anistia e da reorganização dos partidos políticos legalizados. Com Carlos Araújo, reuniu grupos do MDB, de Ulysses Guimarães, e do movimento sindical. Nesse ínterim, conheceram Lula, que, em 1975, havia sido eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Como atuavam diretamente na política, Dilma e Carlos Araújo ajudaram na fundação do PDT gaúcho (Partido Democrático Trabalhista), de Leonel Brizola. Em seguida, foi nomeada secretária da Fazenda da prefeitura de Porto Alegre, presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e duas vezes secretária de Energia, Minas e Comunicação. É possível visualizar os cargos ocupados por Dilma, antes de ser presidente, no site da Biblioteca da Presidência da República¹⁴, segundo o texto, Dilma:

[...] no início da década de 1990, retorna à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, agora como presidente da instituição. Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo

¹⁴ Disponível em www.biblioteca.presidencia.gov.br/. Acesso em 12/08/ 2011.

do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

Em 1998, inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. A aliança entre PDT e PT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT.

O trabalho realizado no governo gaúcho chamou a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, já que o Rio Grande do Sul foi uma das poucas unidades da federação que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos.

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa a candidatura da ex-ministra.

No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidente da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

Sua condição “mulher” agiu sobre sua vida de forma ambígua, pois ora a fortalecia ora a fragilizava. Dilma, após obter sucesso na condução de frentes importantes, teria grandes desafios ao tornar-se Ministra de Minas e Energia e Ministra chefe da Casa Civil, após a queda do acusado de operar o “mensalão”, José Dirceu.

Dilma sempre foi considerada eficiente e durona, pelo fato de reger seu trabalho sempre de maneira austera. Diante disso, segundo Amaral, Lula já havia mencionado o nome de Dilma como o mais apropriado para sua sucessão, mas até então não havia falado nada a ela, somente por intermédio de portadores de recados indiretos.

Não demorou muito até que houvesse uma confirmação. Dilma foi apresentada pelo presidente Lula, aos moradores do complexo do Alemão, em março de 2008, no Rio de Janeiro, durante lançamento de obras, como “mãe do PAC” (Programa de Aceleração). Tal ocasião marcou, definitivamente, após várias especulações, Dilma candidata à Presidência da República do Brasil, dois anos antes das eleições.

Dilma conciliava seu trabalho diário com os diversos pedidos de entrevista e especulações sobre projetos de governo, até que, em maio de 2009, notícias estampadas nos jornais revelavam que Dilma estava sendo submetida a um tratamento contra um câncer. Após se recuperar totalmente do câncer, Dilma investiu em sua candidatura, a começar por sua imagem. Retocou o corte e a cor dos cabelos, fez alguns procedimentos estéticos e intensificou as caminhadas diárias, que sempre fazia. Tratava-se de um recomeço. Tal recomeço estava relacionado à sua vida pessoal, uma vez que na vida política seria um começo, pois tratava-se da primeira vez que disputaria uma eleição.

Se o PT já tinha Dilma como candidata, o PSDB tinha Serra, candidato que participou do governo Montoro (São Paulo), foi Ministro da saúde no governo FHC, governador do estado de São Paulo e prefeito da cidade de São Paulo. Os tucanos (como são chamados os membros do PSDB) estavam confiantes que Dilma não chegaria nem perto dos altos índices que apontavam a vitória de Serra, já no primeiro turno. Segundo Amaral (2011: 225), para o PSDB, *ele (Serra) era o candidato mais preparado e Dilma, uma iniciante, ou como os tucanos a chamavam, um “poste de Lula”*.

Com a disputa mais acirrada nos dias que antecederiam as eleições, a campanha de 2010 foi marcada por resvalos do “mensalão” e o fato de a candidata do PT nunca ter disputado uma eleição foi ainda mais estampado nas propagandas eleitorais tucanas. Dilma foi taxada de “poste” pela oposição, imagem que serviu de mote para Lula que, durante seus pronunciamentos nas propagandas eleitorais petistas, dizia que “de poste em poste, vamos iluminar o Brasil” (em alusão aos avanços obtidos no governo Lula, por exemplo, com o programa “Luz para todos”, que beneficiou milhões de brasileiros em todo o país).

Não foi só o apadrinhamento de Lula que garantiu a campanha vencedora de Dilma, um amplo arco de alianças político-partidárias foi fechado, a fim de garantir condições políticas e de sustentação da candidata no processo político-eleitoral.

Assim como ocorreu em eleições passadas, quando Lula era candidato, a oposição passou a querer incutir na opinião pública que, se Dilma fosse eleita, o aborto seria liberado, igrejas seriam fechadas etc. Todos esses ataques resvalaram nos números de pesquisas, de diversos institutos. A candidata do PT perdia pontos. A direção do partido decidiu intervir e, mais uma vez, Lula posou para as câmeras e, com semblante austero, afiançou a candidata de seu partido.

As eleições presidenciais de 2010 agitaram o contexto político nacional. Os problemas que cercavam o governo Lula, “mensalão” entre os piores, e o fato

de assuntos pontuais, tais como aborto e a inexperiência da candidata, serem difundidos na grande mídia, fez abrir brechas para que os adversários políticos atacassem a candidata do PT. Mesmo assim, todos os ataques não fizeram frente o bastante para tirar da lembrança do eleitor o desenvolvimento do país, atrelado ao bom estado econômico, proporcionado durante o governo de Lula. Naquele momento, não importava quem era a candidata, desde que Lula fosse o avalista. Dilma venceu seu adversário político (José Serra), no segundo turno, com 55.752.529¹⁵ votos, doze milhões a mais que Serra. Segundo Amaral (2011:302):

não era apenas a primeira mulher a conquistar a presidência da República, num país onde a presença feminina nas lutas sociais é marcante, mas sua representação política nunca chegou a 10% das cadeiras do Congresso. Dilma era também a primeira representante da geração que se formou no combate à ditadura a conquistar o poder em eleições livres, as primeiras que ela disputou nos 63 anos de vida que ia completar em 14 de dezembro, duas semanas antes de assumir o comando do país.

Desde a conquista do direito ao primeiro voto, às primeiras candidaturas, a mulher brasileira tem superado obstáculos e preconceitos para fazer-se atuante nas decisões políticas. A luta, na atualidade, é mais robusta, no que se refere aos cargos majoritários e na representação feminina no Congresso e na Câmara. Ocupar tais cargos requer uma grande visibilidade e capacidade para enfrentar as adversidades que os cargos hão de trazer.

As formações discursivas machistas, antes das mudanças de postura das mulheres, estavam relacionadas aos temas comuns ao chamado “sexo frágil”, tais como: moda, beleza, sexo, filhos e casamento.

¹⁵ Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>. Acesso em 23/11/2012.

Esses traços estereotípicos impregnam os discursos produzidos na/pela sociedade e estes são ou não validados pelos co-enunciadores. Os estudos da Análise do discurso permitem, a partir de análises desses discursos, identificar a imagem que o enunciador constrói de si e como ela é/não é legitimada ou reconstruída pelo co-enunciador. A esta imagem atribuí-se o termo *ethos discursivo*, que está relacionado ao *status* que o enunciador confere a si.

Para Maingueneau (2010:40), *são os conteúdos desenvolvidos no/pelo discurso que permitem construir/reconstruir cenografias, especificar e validar o ethos discursivo, por meio dos quais esses conteúdos surgem*. No discurso político, o candidato de um partido pode falar aos seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata etc. Essas possibilidades de cenografias permitem desvelar o *ethos discursivo*, pois *política* é, na verdade, o lugar da linguagem, *uma vez que não há possibilidade de adesão se não passar por um ato de linguagem*. É necessário se fazer crer, é preciso parecer verdadeiro e digno de credibilidade. Talvez, esses sejam os desafios dos políticos.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Análise do discurso na atualidade

A Análise do discurso surgiu na França com base em *corpora* especificamente políticos e, em sua origem, apoia-se nos estudos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. Ela é, portanto, uma *metodologia interdisciplinar* que toma como objeto essencial de estudo o *discurso*.

A constituição da AD supõe uma crítica à célebre dicotomia “língua” e “fala”, que foi interpretada como a oposição entre um sistema de regras universais e a liberdade de que goza um sujeito ao produzir enunciados contingentes. A AD não preenche, simplesmente, um lugar vago na linguística do sistema, como se a uma linguística da língua adicionássemos uma linguística da fala. A AD mantém uma ligação considerável com as ciências da linguagem, domínio ao qual pertence, mas seu desenvolvimento implica não apenas uma extensão da linguística, mas também uma reconfiguração do conjunto dos saberes.

A AD, portanto, inscreve-se numa metodologia que, ancorada na Linguística, considera o discurso como objeto, ao qual o analista analisará a partir de seu ponto de vista. É o que assevera Maingueneau (2007:15):

Podemos, com efeito, abordar as pesquisas sobre o discurso partindo tanto da linguística quanto da psicologia, da sociologia, da antropologia, da teoria literária, etc., o que não constitui nenhuma situação fora do comum: a filologia de antigamente podia ser

abordada tanto como um empreendimento linguístico quanto histórico, em função do modo pelo qual era considerada.

O discurso não consiste num objeto de análise de uma única disciplina, pelo contrário, ele deve ser considerado objeto de um saber, explorado por múltiplas possibilidades de análise, que determinarão o seu interesse em dado discurso. Isso torna possível a distinção que Maingueneau faz entre “análise do discurso” e “linguística do discurso”. A primeira apreende o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, já a segunda, é o conjunto das disciplinas (sociolinguística, antropologia, análise do discurso etc.) que tratam do discurso.

É possível afirmar que a AD surge a partir de postulações no campo dos estudos filosóficos, dos franceses Michel Foucault e Michel Pêcheux, mas influenciada pelos conceitos de ideologia de Althusser (1980), isso porque a maioria dos *corpora* analisados era voltada ao discurso político, pois Althusser propunha formas de entender a sociedade por meio do conceito de *aparelho ideológico*, responsável por garantir o poder da classe dominante em relação à classe dominada.

A AD, ao longo do tempo, sofreu diversas modificações. Desse modo, torna-se relevante retratar, nesta pesquisa, algumas mudanças no período, que Maingueneau (2007) denomina *As três fases da Análise do discurso*.

Primeiramente, a AD preocupava-se com a análise de discursos específicos, sobretudo políticos, que dispunham de características mais estáveis. Em princípio, a AD, já na França, tinha uma predileção pelo discurso político da esquerda francesa. Depois, o conceito de *formação discursiva* modificava o objeto de análise da AD, na medida em que a *formação discursiva* era responsável por determinar aquilo que podia ou não ser dito por um sujeito que ocupava determinado papel social, em determinado momento histórico. No fim dos anos 60 e início da década de 1970, procurava-se colocar em evidência as particularidades de formações discursivas (o discurso comunista, socialista

etc.), propostas por Foucault (1995:97), para quem as formações discursivas devem ser consideradas:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dadas as condições de exercício da função enunciativa.

Não há uma uniformidade nas formações discursivas, há, na verdade, uma dispersão, por isso era dever do analista do discurso descrever essa dispersão, estabelecendo as regras de formação dos discursos, pois todo discurso pode ser objeto de várias formações discursivas, que servirão de base para ele. A AD da segunda fase era ligada às teorias enunciativas.

Na atualidade, a AD considera o interdiscurso como primado, uma vez que ele é o espaço no qual discursos são atravessados por formações discursivas variadas e que revelam os posicionamentos do enunciador. Maingueneau desloca a noção de discurso para interdiscurso, pois um discurso só o é em função da concorrência de discursos outros.

2.2. O Primado do Interdiscurso

Segundo Charaudeau (2008:40), *não é o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza*. Um discurso, portanto, será político quando as formações discursivas que o atravessam assim o determinarem. O objeto da AD é o interdiscurso.

O interdiscurso surge da *heterogeneidade constitutiva*, ou seja, de um atravessamento entre discursos, de campos discursivos e posicionamentos distintos, que não são marcados no enunciado. Maingueneau compara *heterogeneidade constitutiva* com a *intertextualidade*, esta, *segundo ele*, equivale ao que denomina de *heterogeneidade mostrada* e considera, para a análise, as marcas explícitas no enunciado, tais como pontuação, citações etc.

Tal primado não pode ser apreendido, por isso recorreremos, para proceder à análise, às postulações de Maingueneau sobre: *universo discursivo* (todos os discursos existentes), *campo discursivo* (conjunto de formações discursivas) e *espaço discursivo* (sequência de enunciados, recortados pelo analista, que mostra as restrições de um lugar social). Em nossa pesquisa, apreendemos o *campo do* discurso político e buscamos estabelecer uma relação lógica entre quatro discursos da presidente Dilma Rousseff.

Maingueneau estabelece os conceitos de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, que compõem a noção de interdiscurso. O *universo discursivo* é o conjunto de formações discursivas, que se mostram numa situação comunicativa. Trata-se de uma extensão máxima do discurso e, por isso, apenas define o ponto de partida sobre o qual os campos discursivos, domínios específicos de diferentes esferas, nortearão um dado discurso. De acordo com Maingueneau (2008a: 34), *é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso*.

Ainda, segundo Maingueneau (2008a: 40):

o espaço discursivo tem então um duplo estatuto: pode-se apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte seu Outro. É esse último aspecto,

o de um processo de dupla tradução, que vai nos interessar essencialmente.

Todo discurso apresenta uma *heterogeneidade*, ou seja, discursos que perpassam um mesmo enunciado, por isso, um discurso só existe a partir de outro. Em um discurso pode haver uma *heterogeneidade mostrada*, aquela aparente na forma de citação, recuo etc. e uma *heterogeneidade constitutiva*, essa não é tão acessível, pois está imbricada no discurso, faz parte dele.

Em artigo recente, Charaudeau discute postulações acerca de texto/discurso e estabelece constatações e pontos de vista sobre o que nos parece ligado ao que Maingueneau denomina primado do interdiscurso:

[...] há discursos diversos num mesmo texto e um mesmo discurso em vários textos. O discurso não é o texto, mas ele é carregado por textos. O discurso é um percurso de significância que se acha inscrito num texto, e que depende de suas condições de produção e dos locutores que o produzem e o interpretam. Um mesmo texto é então portador de diversos discursos e um mesmo discurso pode impregnar textos diferentes. Há discurso atravessando textos diferentes, e um mesmo texto pode ser portador de discursos diferentes. (Charaudeau, 2011:6).

O primado do interdiscurso estabelece uma rede semântica em que a especificidade de um discurso reflete a definição das relações de um discurso com um discurso Outro. Este não é um fragmento identificável no espaço discursivo; na verdade, encontra-se na raiz daquele. O interdiscurso inscreve-se justamente na construção do discurso por meio de uma *heterogeneidade constitutiva* que, segundo Maingueneau (2008a: 31), *amarra em uma relação inextricável o Mesmo do discurso e seu Outro*.

Pelo fato de os discursos, necessariamente, constituírem-se a partir de uma hierarquia instável entre discursos dominantes e dominados, é preciso isolar, no campo, *espaços discursivos*, isto é, subconjuntos de formações discursivas que serão, de acordo com o propósito do analista, definidores da identidade do discurso, pois se trata de um espaço de trocas, em que os discursos se atravessam para constituir um outro. Esse espaço de trocas está ligado à cena de enunciação.

2.3. Cena de enunciação

Para a Pragmática, a língua não é um instrumento para transmitir informações, mas um objeto interativo da atividade de linguagem. Para Foucault (1995), a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que trata de determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito. A encenação não é uma máscara do real, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso.

Considerando nosso *corpus*, podemos colocar a *situação de comunicação* da seguinte maneira: a presidente Dilma profere os discursos após sua posse. A partir da situação, levantaríamos o perfil da presidente e de seus eleitores, em detrimento dos traços sociais e dos papéis que assumem, mas não é esse o nosso objetivo. Objetivamos depreender os sentidos que emergem na cena de enunciação, na qual os coenunciadores interagem, legitimam cenografias e validam um dito e uma maneira de dizer.

Todo discurso institui-se numa situação de enunciação, situação concreta em que uma cena pode acontecer, mas, aqui, interessa-nos a cena de enunciação,

pois dela depende o discurso para ser de fato enunciado. A cena de enunciação associa três *cenas*: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a cenografia.

A *cena englobante* equivale ao *campo discursivo* e, em nosso *corpus*, é reconhecida pelos coenunciadores na cena de enunciação como *política*, que se une a um *gênero de discurso* (*cena genérica*), que é o *discurso de posse*, e faz emergir cenografias que se diferem de um discurso para o outro. A cenografia é caracterizada e construída pelos elementos que compõem a cena de enunciação – textuais e gráficos, por exemplo. O discurso, além de surgir de uma cenografia, a constrói e a legitima, de modo que a cena em que a fala é estabelecida é de fato a cena para enunciar.

A cenografia define os “papéis” dos sujeitos da enunciação (enunciador – co-enunciador), pois o falante, ao mesmo tempo em que assume um papel discursivo, implica uma relação, não só com o papel discursivo do Outro, mas também com as noções de tempo e de espaço, das quais o discurso emerge. É na cenografia que se revela o *ethos discursivo*. Para Maingueneau (2008b), o tempo (*cronografia*) e o espaço/lugar (*topografia*) diferenciam e legitimam o EU – TU (*enunciação discursiva*), de modo a inscrevê-lo sócio-discursivamente e instituí-lo como válido linguisticamente.

Nesse sentido, a topografia não se refere ao espaço físico onde os sujeitos interagem, mas se incumbe de restringir a posição que podem ocupar, no âmbito do discurso, enquanto que a cronografia é um momento histórico do discurso, da mesma forma que seu sujeito, em termos de posição social.

Um discurso, muitas vezes, apresenta-se inserido apenas em duas *cenas*: a *englobante* e a *genérica*, dada a necessidade de o discurso ter o *campo discursivo* e o *gênero discursivo* definidos. Por exemplo, ao receber um panfleto na rua, o co-enunciador precisa identificar o campo a que pertence tal panfleto (político, religioso etc.), a fim de que se enquadre na *situação comunicativa* adequada (eleitor, cliente potencial de uma empresa etc.) e, por

fim, o gênero de discurso precisa ser identificado, uma vez que define o papel dos participantes da cena de enunciação.

Na cenografia, há facetas admitidas pelo enunciador e pelo co-enunciador, pois, segundo Maingueneau (2008b:117), *o discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe.*

A cenografia é, concomitantemente, origem e produto do discurso, uma vez que pode ser uma cena típica ou se servir de outra para persuadir o co-enunciador a legitimar o discurso como sendo próprio de tal cenografia e não de outra. A cenografia é, portanto, uma encenação que, mesmo caracterizada em espaços e gêneros distintos, apropria-se das condições necessárias para legitimá-la. Daí a possibilidade de uma mulher política dirigir-se aos seus eleitores como uma mãe que adverte ou instrui a seus filhos.

Quando a cenografia assume outras cenas, que não as cenas típicas, esperadas para determinados gêneros, por exemplo, em um pronunciamento aos eleitores, o enunciador, que emerge no discurso de Dilma, poderia utilizar a cenografia *conselho de mãe* e seus eleitores poderiam aderir ao discurso como filhos. Nesse caso, as cenas *englobante* e *genérica* são preteridas e é na cenografia que os coenunciadores interagem efetivamente. A cenografia revela os posicionamentos que os enunciadores assumem e os sentidos que concorrem na *enunciação*, logo, não são os sujeitos empíricos que interagem, mas enunciador e co-enunciador, que assumem papéis e legitimam a cenografia de *conselho de mãe*.

2.5. A noção de *ethos*: em Aristóteles e em Maingueneau

A partir dos estudos dos franceses Ducrot e Maingueneau, na década de 1980, é que o conceito de *ethos discursivo*, apresentado primeiramente por

Aristóteles, passou a ser contemplado e a ocupar um lugar na reflexão sobre o discurso. Aristóteles define *ethos* como a imagem que o orador transmite de si mesmo durante seu discurso, em busca de obter confiança e, desse modo, persuadir seu auditório. Segundo o autor, a persuasão pelo caráter é a grande responsável pela eficácia da persuasão no discurso e, portanto, permite a construção da imagem de si, capaz de convencer o auditório e ser digno de sua confiança.

Segundo Maingueneau (2008b:58), esse *ethos* retórico de Aristóteles é percebido, mas não característico de um público, um indivíduo ou de um grupo, devido seus traços de caráter, suas disposições estáveis e, às vezes, nem tão estáveis, dependendo do ponto de vista (político ou da idade e da fortuna, como exemplifica Aristóteles).

A concepção de *ethos* passou a ser discutida por Aristóteles em seus trabalhos sobre a Arte Retórica. Para ele, o *ethos* seria um meio técnico de persuasão. Por meio de sua maneira de dizer, o orador poderia conquistar a confiança do público tornando crível o seu discurso.

Conforme Eggs (1999), o estudo do *ethos*, por Aristóteles, surge como sinônimo de honestidade. Desse modo, o orador que mostrasse em seu discurso um caráter honesto pareceria mais digno de crédito aos olhos de seu auditório. A Retórica de Aristóteles trata do locutor/enunciador, ou seja, existe um ser biológico (sujeito empírico) que profere o discurso e uma instância subjetiva (enunciador) com a qual o co-enunciador interage.

Além da noção de *ethos*, atrelada à figura do orador, Aristóteles propõe o estudo do *Logos* (ou *phrónesis*) e do *Pathos* (ou *eúnoia*). O primeiro pode ser definido como o apelo à razão por meio de argumentos. O segundo (o *Pathos*), relaciona-se aos procedimentos retóricos que visam a suscitar as paixões do auditório. Para Aristóteles, o termo *ethos* remete a uma *héxis*, ou seja, a um modo de habitar o espaço social. Trata-se, portanto, não do que o orador diz sobre ele mesmo, mas do que ele revela pelo próprio modo de se expressar.

Ducrot (1977) integrou a noção de *ethos* às ciências da linguagem, quando apresentou a *teoria polifônica da enunciação*. Nesse sentido, o autor postula que o *ethos* se mostra no ato de enunciação e, portanto, ele não é dito no enunciado. Para tanto, Ducrot distingue o “locutor-L” e o “locutor-lambda”. O primeiro refere-se ao enunciador, ou seja, àquele que se diz no discurso. O segundo, por sua vez, é o locutor, aquele que profere o discurso, enquanto ser do mundo, ser empírico.

Desse modo, Ducrot afirma que a construção do *ethos* refere-se a uma imagem mostrada na *enunciação* e, portanto, não dita e muito menos ligada aos atributos “reais” do locutor. Nesse prisma, a questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um enunciador que orienta o discurso de forma a sugerir, através dele, certa identidade.

Mainueneau repensou a noção de *ethos*, adicionando a ela um caráter discursivo. O *ethos* passou a ser atrelado à noção da *semântica global*. O *ethos* é definido, então, como um dos planos de análise que contribui para a identificação da semântica de um determinado discurso. Assim, não é um autor empírico que decide desempenhar um papel de sua escolha, em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu *co-enunciador*, é o *posicionamento* do enunciador que o faz assumir um determinado modo de enunciação.

Assim sendo, não se trata da apreensão dos traços de um sujeito psicológico, que decide assumir certo modo de dizer, para mais facilmente convencer seu *co-enunciador* a aderir aos seus argumentos, tudo acontece no nível do discurso. Portanto, é o *posicionamento discursivo* no qual o enunciador está inscrito que confere a ele um determinado *ethos discursivo*. O discurso “produz” um corpo de um *fiador* que, por meio de sua *enunciação*, cria certos efeitos na *comunidade discursiva* pressuposta e, ao mesmo tempo, validada por aquele discurso.

O conceito de fiador surge do que Maingueneau denomina de “concepção mais encarnada do *ethos*”, uma vez que ao fiador são atribuídos um *caráter* e uma *corporalidade*. O *caráter* corresponde a um conjunto de traços psicológicos que o co-enunciador atribui espontaneamente ao enunciador, a partir de seu modo de dizer. Trata-se, essencialmente, dos estereótipos que circulam em uma cultura determinada. O mesmo pode ser dito a propósito da *corporalidade*, que remete a uma representação do corpo do enunciador.

A *corporalidade* está associada a uma compleição do corpo do enunciador, que é inseparável de um modo de se movimentar no espaço social, o que pode incluir até um modo de se vestir.

Neste sentido, o *ethos discursivo* deve ser entendido como uma maneira de dizer, indissociável de uma maneira global de ser, ou seja, de habitar o mundo. Portanto, o modo de enunciação remete a um *tom*, uma vez que o discurso produz um espaço de onde surge uma “voz” que lhe é própria.

A noção de *ethos discursivo*, para Maingueneau, permite refletir sobre o processo mais geral da adesão do co-enunciador a determinado *posicionamento*, uma vez que o co-enunciador, por meio de índices de várias ordens, fornecidos pelo enunciado, apreende uma representação do enunciador que, por sua vez, desempenha o papel de um *fiador*, encarregado da responsabilidade do discurso.

Maingueneau (2008b: 65), relata que o *ethos discursivo* está diretamente ligado à finalidade de um discurso, isto é, da sua capacidade de suscitar a crença. Para apresentar o papel do *ethos* no processo de adesão dos sujeitos ao discurso, Maingueneau propõe a noção de *incorporação*, que designa a integração entre uma formação discursiva e seu *ethos*, mediada pela *enunciação*. Essa *incorporação*, constituída sobre o poder que a voz tem de exprimir a interioridade do enunciador e envolver o co-enunciador, atua sobre três registros da seguinte forma:

- a enunciação da obra confere uma “*corporalidade*” ao fiador, ela lhe *dá corpo*;
- o co-enunciador *incorpora*, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de relacionar-se com o mundo habitando seu próprio corpo;
- essas duas primeiras *incorporações* permitem a constituição de um *corpo*, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso.

O co-enunciador, portanto, não adere a um discurso simplesmente porque lhe é apresentado um conjunto de ideias ligadas a seus possíveis interesses, na verdade, ele é alguém que tem acesso ao dito por meio de uma maneira de dizer, que está enraizada em uma maneira de ser. Assim, as os posicionamentos envolvem o co-enunciador, atestando o que é dito na própria enunciação, o que permite a legitimação do discurso. Por intermédio do *ethos discursivo*, o co-enunciador está convocado a um *lugar*, inscrito na cena de enunciação que o texto implica.

Quando se trata de discurso político, por exemplo, Maingueneau afirma que, além dos argumentos, a noção de *ethos discursivo* possibilita fazer uma reflexão sobre o processo mais geral da adesão do co-enunciador a certo *posicionamento*, e que não tem por objetivo provocar uma adesão imediata, mas que deve de alguma forma conquistar um público eleitor que tem o direito de aceitá-la ou recusá-la.

O *ethos discursivo* está associado, como diz Charaudeau (2008: 115), a um “cruzamento de olhares”, uma troca de olhar entre os participantes do discurso – olhar do enunciador sobre a forma como acha que é percebido pelo co-enunciador e o olhar deste sobre aquele que fala.

Maingueneau afirma que o *ethos discursivo* emerge no momento da fala, a partir do comportamento e do que o sujeito político fala e diz, na tentativa de

conquistar seus eleitores. Esse pensamento do *ethos discursivo* também é tratado por Charaudeau (2008:115), quando afirma que:

o sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado de nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única.

Assim sendo, segundo Maingueneau (2008b:72), a especificidade de um *ethos discursivo* remete, de fato, à figura de um *fiador* que, por meio de sua fala, atribui-se uma identidade, uma imagem de si, de acordo com o mundo que ele, supostamente, faz surgir.

Nossa pesquisa selecionou os *discursos* políticos da presidente Dilma Rousseff como *corpus* de análise, muito em função da relevância de se entender, sob a perspectiva da AD, como funcionam os papéis dos partícipes (coenunciadores) na cena de enunciação.

2.4. Marcas de organização e funcionamento do discurso político

Na atualidade, temos percebido que o termo *política* tem provocado muitas distorções, devido a não somente ao estreitamento de seu sentido, mas também em função de diferentes perspectivas e do alcance desse termo. Embora várias áreas do conhecimento tenham abordado o fenômeno *política* como objeto de estudo, essa pesquisa visa a aprendê-lo do ponto de vista do discurso. Para tanto, partimos do pressuposto de que é nos espaços de discussão e construção de valores que o *campo* político se constitui.

Entendemos discurso político como uma ação política que determina a vida social, organizando-a com intuito de atingir o bem comum. Desse modo, para fundamentar nossa pesquisa, optamos pela AD de linha francesa, que nos permite compreender os sentidos e interpretá-los a partir de uma relação que se estabelece entre o discurso e sua exterioridade, retomando aquilo que já foi dito. Para a AD, é na relação da linguagem com o social que o sujeito tem um enunciador constituído e que pode ser totalmente distinto do sujeito empírico.

A linguagem é o que motiva a ação e que lhe dá sentido. O discurso só será considerado político se a situação o autorizar, assim como um discurso pode ser aparentemente político para atingir outro objetivo que não seja político. A par disso, portanto, não é o discurso que é político, e sim a situação de comunicação que o torna. A situação que politiza o discurso.

Para AD, faz-se necessário recorrer à materialidade linguística e relacioná-la com as *condições de produção*, no momento de interpretação do discurso. Tendo em vista a noção de *ethos discursivo* proposta pela AD, temos necessidade de observar a forma como o enunciador mostra sua identidade social, que, para Charaudeau (2008:115), é *ela (identidade social) que dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhes são atribuídos pela situação de comunicação*.

Na verdade, o enunciador constrói uma imagem de si no interior do discurso que, embora não se identifique com o sujeito empírico, assume um *tom* e uma *corporalidade* na cena de enunciação. O enunciador aparece, portanto, com uma *identidade social* marcada na *discursividade* e que constitui seu *ethos discursivo*, que, segundo Maingueneau (2008b), está relacionado ao *status* que o enunciador se confere, e este será ou não legitimado pelo co-enunciador.

Cada tipo de discurso comporta papéis pré-estabelecidos, o enunciador pode escolher mais ou menos livremente a sua cenografia. Para Maingueneau (2008b:71), *são os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem*

especificar e validar o ethos, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem.

No discurso político, o enunciador pode falar aos co-enunciadores (seus eleitores) como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata etc. Essas possibilidades de *cenas enunciativas* permitem reconstruir a cenografia do dado discurso e desvelar o *ethos discursivo*.

Os estudos do *ethos discursivo* têm permitido o levantamento de questões relacionadas à incorporação de atitudes e comportamentos do co-enunciador na fala do enunciador, permitindo, na base textual, a incorporação de imagens diferentes sobre ele. Sabemos que o discurso, embora constitua um sujeito discursivo, reflete a imagem do enunciador a partir de seus conhecimentos linguísticos e de mundo.

O discurso político apresenta procedimentos discursivos que contribuem para a construção de um *ethos discursivo* aberto a constituir uma imagem do enunciador, ou seja, uma cenografia é construída e deve ser legitimada, de acordo com Maingueneau (2008b:70):

por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica. Essa “cena de enunciação” se compõe de três cenas, que propus chamar “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”.

A cena de enunciação deve ser entendida como as *condições de produção* do discurso, até porque alguns aspectos influenciam sua constituição. A *cena englobante* insere o discurso em um tipo, por exemplo: político, publicitário, religioso etc. A *cena genérica* está relacionada aos gêneros de discurso que podem ser textuais ou orais, já a cenografia, segundo Maingueneau (2008b: 71):

[...] é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância.

Essas categorias – *ethos discursivo* e cena de enunciação –, portanto, configuram-se como critérios para nossa análise. Como os sentidos possíveis (o interdiscurso) são levantados nas *cenas de enunciação*, é neles que se revela o *ethos discursivo*.

2.6. A ação política

Segundo Charaudeau (2008:15), a linguagem e a ação são dois eixos autônomos, mas se inter-relacionam. O sujeito só pode definir-se em relação ao outro, ou seja, de acordo com o *princípio de alteridade*, não há consciência de si sem a existência do outro. Dessa forma, a ação do sujeito trazer o outro para si é constante, conforme o *princípio de influência*, para que esse outro pratique atos segundo a intenção daquele.

No entanto, se houver uma relação igualitária de projeto de influência, os dois gerenciarão sua relação, segundo o *princípio de regulação*. Assim, segundo Charaudeau (2008:16), esses princípios são fundadores do ato de linguagem, que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro.

A ação política determina a vida social ao organizá-la, tendo em vista a obtenção do bem comum. É ela que possibilita que a sociedade tome decisões coletivas, por meio de representantes, que estarão incumbidos de diversas

responsabilidades, entre elas a de estar obrigado a prestar contas de seus atos perante a coletividade, que deve estabelecer um controle dos atos praticados por seus representantes. Assim, tem-se uma organização da ação política que é apreendida num espaço de discussão dos objetivos a definir, tanto na sociedade como na política.

As eleições seriam o modo de acesso à representação do poder, enquanto que as modalidades de controle estariam, na essência, no interior das instituições e no exterior, por diversos movimentos reivindicativos. A linguagem, portanto, não está ausente no engendrar da ação política, uma vez que esse espaço depende de um espaço de discussão.

Na ação política, existem instâncias: a *instância política*, que assume a realização da ação política; a *instância cidadã*, que implica na escolha dos representantes do poder. A *instância cidadã* espera que a *instância política* realize o desejável, mas esta age em função do possível. Daí tem-se a noção da dificuldade em se exercer o poder político, pois é dele que provêm às sanções de leis, sempre asseguradas no consentimento da instância cidadã, ou seja, para que a instância política consiga a adesão do povo à sua ação, joga com argumentos da razão e da paixão, isso se configura um espaço de persuasão.

Para Charaudeau (2008:21), em função dos espaços de discussão e de persuasão que o *campo* político pode ser considerado “o governo da palavra”, mas apenas para “uma parte”. Quando, por exemplo, há ações de protesto que pressionam o governo, o que tem mais influência são os *slogans* e declarações da imprensa (palavra), pois marcam uma opinião que será difundida em muitas comunidades, que poderão a partir da “palavra” organizar-se de modo a construir uma coordenação das tarefas que corroborarão protestos, e não apenas e simplesmente os protestos.

Em contrapartida, o governo, se considerar “a palavra”, poderá utilizá-la para intervir nos *espaços de discussão, de ação e de persuasão* para que se estabeleçam os ideais e os meios da ação política; a coordenação das tarefas

e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens, além de convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu benefício.

Portanto, pode-se determinar que o discurso é constitutivo da linguagem, que é o que motiva a ação e que lhe dá sentido. O pensamento político, que não é factível apenas aos governantes, é fabricado em lugares diferentes. É a partir da interação e da identidade dos sujeitos que se elabora o pensamento político. Há três lugares de fabricação desse pensamento, como afirma Charaudeau (2008:40):

O discurso político como *sistema de pensamento* é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção de opiniões e dos posicionamentos.

O discurso político como *ato de comunicação* concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Ele resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comício, debates, apresentação de slogans, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas) e constroem imaginários de filiação comunitária, mas dessa vez, mais em nome de um comportamento comum, mais ou menos ritualizado, do que de um sistema de pensamento, mesmo que este perpassasse aquele.

O discurso político *como comentário* não está necessariamente voltado para um fim político. O propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político.

A comunicação humana pode ser considerada como um teatro, pelo fato de os humanos representarem, por meio de seus atos de linguagem, espetáculos,

nos quais alguns papéis são determinados e outros são aleatórios. Em um teatro, as representações de cenas são diversas, entre elas está a cena política, na qual se representam relações de poder segundo os lugares, os papéis, os textos previstos e a relativa margem de manobra dos atores. É preciso, portanto, saber qual é a estrutura da *situação de comunicação* política antes de descrever as *estratégias discursivas* que os atores podem utilizar.

A *situação de comunicação* política é onde o discurso é elaborado e organizado, a partir das relações de poder (dominante x dominado). A *política* é um domínio da sociedade em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida se for legitimada e se o sujeito político se mostrar persuasivo e tiver credibilidade junto de um grande número de indivíduos de que ele partilha certos valores. O sujeito político, portanto, deve ser ao mesmo tempo representante e *fiador* do bem-estar social.

O político precisa construir para si uma dupla identidade discursiva; uma relacionada ao conceito político; outra que corresponda à prática política: enquanto a primeira refere-se ao posicionamento ideológico do político em relação à vida em sociedade, a segunda insere-o em determinada posição no processo comunicativo da gestão do poder.

No próximo capítulo, trataremos de apresentar a constituição do *corpus* de nossa pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos e a análise.

CAPÍTULO III

CENA POLÍTICA: DISCURSO PRESIDENCIAL

3.1. Constituição do *corpus*

Este capítulo será destinado a reunir e a expor, além dos critérios que nos levaram a definir o *corpus* desta pesquisa e seu interesse, a análise propriamente dita do nosso trabalho, considerando as propostas de identificar o enunciador e de verificar como se constituíram a cenografia e o *ethos discursivo*, nos discursos proferidos pela primeira presidente do Brasil, Dilma Rousseff, do ponto de vista da Análise do discurso (AD).

Consideramos, nessa pesquisa, as transcrições e os textos “prontos” dos pronunciamentos da presidente, pois entendemos que, com a profissionalização da política, os discursos são elaborados previamente para serem lidos durante os pronunciamentos dos políticos.

Buscamos, além de examinar a construção da cenografia e a constituição do *ethos discursivo*, verificar as estratégias linguístico-discursivas e depreender os efeitos de sentido criados no interdiscurso e, a partir desse percurso, desvelar os deslizamentos e as subversões de sentido materializados nos discursos da presidente e relacioná-los com a memória social e discursiva. Para tanto, faremos uma análise dos quatro primeiros discursos da presidente Dilma Rousseff.

Como vimos no capítulo II, a imagem da mulher brasileira, durante anos, sobretudo no *campo* político, não teve oportunidades suficientes para galgar o

maior posto político da República. Apenas no ano dez do novo século, a mulher, representada por Dilma Rousseff, viu-se prestigiada ao galgar o cargo mais alto da República, o de presidente.

Por isso, do ponto de vista da AD, os discursos de posse da Dilma, tornam-se terreno fértil para reflexões acerca da construção do *ethos discursivo* da presidente, possibilitando detectar não só a proposta de um *governo de continuidade*, mas também marcas da *institucionalização do cargo* que, de certa maneira, “padroniza” os discursos e os caracteriza como *discursos de posse* de um presidente e não, necessariamente, da mulher presidente. A polêmica, portanto, instaura-se pelo espaço discursivo construído por zonas de confluência entre o *discurso da mulher* e o *discurso da presidente*; além disso, há semelhanças, principalmente no discurso 1, com o discurso do ex-presidente Lula.

Consideramos como critérios de análise, as estratégias linguístico-discursivas de que o enunciador se utiliza para legitimar seu dizer no *campo* político. O enunciador constrói cenas que buscam legitimar uma cenografia e um *ethos discursivo*. Dentre as estratégias, optamos por examinar o funcionamento do discurso político, campo em que cenas diversas podem coexistir.

Analisaremos os primeiros discursos proferidos por Dilma e recortaremos excertos, que julgamos pertinentes, por revelarem marcas referentes às *condições de produção* e aos objetivos dessa pesquisa que, necessariamente, visam a desvelar a cenografia e o *ethos discursivo* do enunciador. Para tanto, selecionamos quatros discursos:

O discurso 1, proferido no Hotel Naoum, em Brasília, Capital do Brasil, em 31/11/2010, assim que se soube da vitória eleitoral. Tal discurso apresenta um tom descontraído e indícios de improviso, o que o torna menos formal em relação aos outros três discursos. A imagem da mulher é valorizada, bem como a imagem do ex-presidente Lula e do povo brasileiro. Destacam-se os momentos de emoção recorrentes, nos quais o enunciador sente-se apoiado pelo seu mentor político e constrói, portanto, *ethe* de conciliador e de mulher

sucessora, com autoridade e humildade e, além de tudo, apoiado por Lula e pelo povo brasileiro.

O discurso 2, o mais breve dos quatro discursos, ocorreu em cerimônia de diplomação, no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, em 01/01/2011, no período da manhã. Momento solene, com as mais altas autoridades do país e que, portanto, requereu um tom objetivo e formal. Nesse discurso, o enunciador, antes de ser legitimado Presidente da República pelos juízes da alta corte, evoca a si o direito de ali estar, quando se posiciona com *etne discursivos* de polidez, de mulher e de ex-combatente da ditadura militar; e exalta o progresso do estado democrático no Brasil, sinônimo das vitórias eleitorais do primeiro trabalhador e da primeira mulher ao cargo de presidente.

Em função de seu passado e pelo fato de estar frente a autoridades, o enunciador apregoa o respeito às instâncias de poder do país e, de maneira bem mais contida do que no discurso 1, faz deferência ao legado deixado por seu antecessor, dessa vez, sem esboçar emoção.

Já o discurso 3, o mais extenso dos quatro, apresenta estrutura diferente dos outros por apresentar e ratificar a maioria das promessas de campanha, não só aos parlamentares, mas também ao povo brasileiro, que acompanhou tal evento em cadeia nacional de rádio e televisão. Esse discurso foi proferido no Congresso Nacional, em Brasília, em 01/01/2011, no período da tarde, durante Compromisso Constitucional, esboça um tom formal, frente aos vários parlamentares que compareceram à sessão.

O enunciador posiciona-se nos tempos passado, presente e futuro, construindo *etne* de presidente eleita, capaz, sensível, líder de um governo legítimo e, ao mesmo tempo, de continuidade e inovação. Seu antecessor e seus feitos, realizados durante mandato de oito anos, o povo brasileiro e o ex-vice-presidente, José Alencar, são citados, revelando, desse modo, os apoadores de sua vitória: Lula e o povo do Brasil.

O discurso 4, proferido no Parlatório, em Brasília, em 01/11/2011, no início da noite, por sua vez, apresenta um tom aliviado. Enfim, a presidente já estava

legitimada como tal e, portanto, os agradecimentos imperaram nesse discurso, agora não só ao ex-presidente Lula. Ao discurso é *incorporada* a imagem e a voz do vice-presidente eleito, Michel Temer. Além de tudo, esse discurso é marcado pelo apelo ao pacto da “união”. União entre pessoas e partidos que, segundo o enunciador, é importante para as *mudanças necessárias na educação, na saúde, na segurança e, sobretudo, na luta para acabar com a pobreza, com a miséria*.

Como se trata do discurso derradeiro, o enunciador faz referência ao terceiro discurso, àquele proferido no Congresso Nacional (discurso 3), em que apresentou e ratificou todos os seus compromissos e propostas. Com isso, constrói *ethes discursivos* de comprometido e de protagonista das mudanças na democracia e do cargo que lhe foi conferido. Uma vez que as imagens construídas pelo enunciador e projetadas para o co-enunciador podem ou não podem ser validadas por este, um jogo de faces é estabelecido.

Procederemos, então, à análise.

3.3. Análise – Discurso presidencial: a imagem da mulher em cena

O que nos motivou para a realização desta pesquisa foi, além da possibilidade de contribuir com os estudos linguístico-discursivos sobre discurso político, o fato histórico ocorrido no Brasil, em 2010, momento em que as eleições presidenciais se destacaram no mundo, pelo fato de, pela primeira vez, uma mulher ser eleita presidente.

Diante desse cenário, entendemos que esta análise possa contribuir para as discussões acerca não somente dos fatos históricos e políticos, aqui apresentados, mas também sobre a metodologia de análise, proposta pela

disciplina AD, que tem se mostrado aplicável aos estudos de diversos tipos de discursos, de vários campos.

Fazer uso de um discurso político implica assumir posicionamentos, que são indissociáveis dos lugares sociais, nos quais o discurso é proferido. O enunciador tem de se revestir de um posicionamento capaz de legitimar o seu discurso e, além de argumentos e de sua imagem, ele tem sua autoridade comprovada pela diplomação (no caso dos presidentes da República Federativa do Brasil há, além da diplomação no Tribunal Superior Eleitoral, dois outros discursos padrão que conferem legitimidade ao postulante – discursos no Congresso Nacional e no Parlatório do Planalto).

Os discursos de Dilma Rousseff foram proferidos após as eleições presidenciais de 2010, que agitaram o contexto político nacional. Os problemas que cercavam o governo Lula e a intimidação dos adversários políticos, frente à inexperiência eleitoral da candidata Dilma Rousseff, foram difundidos na grande mídia. Todavia, o desenvolvimento do país, atrelado ao bom estado da economia e do consumo, proporcionados pelo governo de Lula, faziam a população identificar grandes vantagens na continuação do governo petista, não importando quem fosse desde que Lula o apoiasse.

Tais condições de produção contribuem para a construção de uma cenografia (anúncio de continuidade) em que o enunciador legitima-se candidato ideal à presidência da República. A cenografia é parte integrante da cena de enunciação, portanto, pode ser identificada na própria situação de enunciação (posse da presidente), na qual os discursos se realizam.

Os quatro discursos selecionados são os primeiros proferidos pela presidente Dilma, após sua vitória nas eleições presidenciais de 2010. Tais discursos distanciam-se do *sujeito empírico* para dar lugar a um enunciador, numa determinada cena enunciativa, composta por três cenas: a *englobante*, a *genérica* e a cenografia.

A primeira cena, a *englobante*, corresponde ao tipo de discurso que analisamos, o discurso político. A segunda, a *genérica*, refere-se ao *gênero do discurso*, ou seja, *discursos de posse* da Presidente Dilma Rousseff. E a terceira, finalmente, diz respeito à cenografia que, de acordo com Maingueneau, é por meio dela que o discurso se “mostra” ou se “dá a conhecer” a seu co-enunciador.

Cada um dos discursos inscreve-se num tempo e num espaço e, por conseguinte, a *enunciação* é legitimada na instituição de um enunciador e um co-enunciador, os quais têm lugares determinados. Para a identificação dos quatro discursos, denominaremos como discurso 1: aquele proferido no Hotel Naoum – DF, em 31/11/2010, assim que a presidente soube de sua vitória; discurso 2: proferido no Tribunal Superior Eleitoral, em 01/01/2011, durante cerimônia de diplomação; discurso 3: proferido no Congresso Nacional, em 01/01/2011 à tarde, durante Compromisso Constitucional; e discurso 4: proferido no Parlatório, também em 01/11/2011, no início da noite, em Brasília.

O discurso 1 apresenta um tom informal. O momento de *enunciação* era de euforia e muita emoção por parte dos coenunciadores. Tais sentimentos são revelados na improvisação, se compararmos o texto proferido (transcrição) ao texto previamente escrito (Anexo 1, p.124), do enunciador, durante o pronunciamento, tal como podemos observar na transcrição¹⁶ que fizemos:

- 1 Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil, é [uma]¹⁷ imensa a minha alegria de
- 2 estar aqui. [eu] Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão [talvez] a
- 3 [missão] mais importante de minha vida. Este fato, para além de [a] minha pessoa, é
- 4 uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma
- 5 mulher presidirá o Brasil. Já registro portanto aqui¹⁸ [o] meu primeiro compromisso
- 6 após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito,
- 7 se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas

¹⁶ Áudio disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/podcasts/823554-ouca-o-primeiro-pronunciamento-de-dilma-como-presidenta.shtml>. Acesso em 20/10/2011.

¹⁷ Utilizamos [] nas palavras transcritas e que não constam na versão impressa do discurso. Para nós, são indícios de improviso.

¹⁸ Utilizamos **negrito** e sublinhado nos itens “omitidos” pelo enunciador, conforme transcrição do áudio.

8 empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda [a] nossa
9 sociedade. A igualdade de oportunidades para [entre] homens e mulheres é um
10 princípio essencial da democracia. [Eu] Gostaria muito que os pais e [as] mães de
11 [das] meninas [pudessem] olhassem [olhar] hoje nos olhos delas, e [dizer] lhes
12 dissessem: “Sim, a mulher pode!”

13 [A] Minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na
14 presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão
15 democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro
16 aqui outro compromisso com meu país:

17 Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e
18 expressão até os direitos essenciais [básicos] da alimentação, do emprego e da
19 renda, da moradia digna e da paz social. [Eu vou zelar] Zelarei pela mais ampla e
20 irrestrita liberdade de imprensa. Vou zelar] Zelarei pela mais ampla liberdade
21 religiosa e de culto. [Vou zelar] Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos
22 direitos humanos tão claramente consagrados em nossa constituição.

23 Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República.

24 Nesta longa jornada que me trouxe [até] aqui pude falar e visitar todas as nossas
25 regiões. O que mais me deu [confiança e] esperanças [ao mesmo tempo] foi a
26 capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por [menor que
27 seja] [por mais] mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para [si
28 e para] sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do
29 nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental [que eu mantive e
30 reiterarei ao longo dessa campanha]: a erradicação da miséria e a criação de
31 oportunidades para todos os brasileiros [e para todas as] e brasileiras.

32 Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada [apenas] pela
33 vontade do governo [ela é importante]. [Mas esta meta] Ela é um chamado à nação,
34 aos empresários, [aos trabalhadores] às igrejas, às entidades civis, às
35 universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de
36 bem [do nosso país]. Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com
37 fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres
38 estiverem abandonadas à [sua] própria sorte [enquanto reinar o crack e as
39 cracolândias]. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que
40 assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o
41 país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação
42 desenvolvida. O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada
43 semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro.

44 Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza
45 teórica, mas da experiência viva do nosso governo, [o governo do presidente Lula]

46 no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho
47 que sempre pareceu impossível. Reconheço [eu e meu Vice, Michel Temer, hoje
48 eleito] [reconhecemos] que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso
49 desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade
50 do [nosso] presidente Lula e pela força do povo [brasileiro] e de nossos
51 empreendedores [e trabalhadores] encontra seu momento de maior potencial numa
52 época em que a economia das grandes nações se encontra abalada.

53 No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para
54 impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas
55 próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas
56 próprias decisões econômicas. [Eu estou] Longe de dizer, com isso, que
57 pretendamos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos
58 propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do
59 protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizar
60 plenamente suas vocações. [propugnando contra a guerra cambial que ocorre hoje
61 no mundo]

62 Mas é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que
63 enfrenta ainda os [desafios] [e os] efeitos de uma crise financeira de grandes
64 proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre
65 equilibrados, para a retomada do crescimento. É preciso, no plano multilateral,
66 estabelecer regras [muito] mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos
67 mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida,
68 que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos
69 fóruns internacionais com este objetivo. Cuidaremos de nossa economia com toda
70 responsabilidade.

71 O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para
72 eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima
73 do que seja sustentável. Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da
74 qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela
75 qualificação dos serviços públicos. Mas recusamos as visões de ajustes que recaem
76 sobre os programas sociais, os serviços essenciais à população e os necessários
77 investimentos [para o bem do país]. Sim, [vamos buscar] buscaremos o
78 desenvolvimento de longo prazo, a taxas elevadas, social e ambientalmente
79 sustentáveis. Para isso zelaremos pela poupança pública.

80 Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público.
81 [Zelaremos] Zelarei pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a
82 capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo. Valorizarei o
83 Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou

84 familiares, ampliarei os limites do Supersimples e construirei modernos mecanismos
85 de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo [o governo do presidente
86 Lula] na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre
87 [vários] outros. As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com
88 determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável
89 concorrência e da efetividade dos s [controle dos] setores regulados.

90 Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental.
91 Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. [e] Trataremos
92 sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades.
93 Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da
94 economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas
95 estabelecidas. Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas [naturais]
96 sempre com pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela
97 aprovação do Fundo Social do Pré-Sal [do marco regulatório do modelo de partilha
98 do pré-sal]. Por meio dele [s] queremos [iremos] realizar muitos de nossos objetivos
99 sociais.

100 Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as
101 dívidas e a desesperança. O Fundo Social [do pré-sal] é mecanismo de poupança
102 de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante
103 fruto do novo modelo que propusemos [o modelo de partilha] para a exploração do
104 pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas.
105 Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao [nosso] povo só
106 migalhas. Me comprometi nesta campanha com a qualificação [também] da
107 Educação e dos Serviços de Saúde.

108 Me comprometi também com a melhoria da segurança pública. Com o combate às
109 drogas que infelicitam nossas famílias [e comprometem nossas crianças e nossos
110 jovens]. Reafirmo aqui estes compromissos. Nomearei ministros e equipes de
111 primeira qualidade para realizar esses objetivos. Mas acompanharei [também]
112 pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento de nosso povo.

113 A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador
114 e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso a educação e saúde
115 de qualidade. É aquela que convive com o meio ambiente sem agredí-lo e sem criar
116 passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento. Não pretendo me
117 estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que
118 todos os compromissos que assumi, [vou perseguir] perseguirei de forma dedicada
119 e carinhosa.

120 Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas
121 com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção.

122 Reafirmo aqui este compromisso. [Eu e o Michel Temer]Fui eleita com uma
123 coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou
124 com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a
125 disposição de servir ao país será o critério fundamental.

126 Vou valorizar os quadros profissionais da administração pública, independente de
127 filiação partidária. Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da
128 sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles.
129 De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio.

130 A partir de minha posse serei presidente de todos os brasileiros e brasileiras,
131 respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. Nosso país
132 precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me,
133 junto com todos os partidos, numa reforma política que eleve os valores
134 republicanos, avançando [e fazendo avançar] em nossa jovem democracia.

135 Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na
136 administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito.
137 Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os
138 órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais
139 perseguir adversários ou proteger amigos. Deixei para o final os meus
140 agradecimentos, pois quero destacá-los. [Quero dar a eles muita ênfase] Primeiro, [o
141 meu agradecimento] ao povo que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata
142 pela oportunidade única de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo
143 devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares [em todas as
144 regiões porque] que passei. [Nenhuma região do meu país ficará para trás ou será
145 menosprezada ou considerada de segunda categoria]

146 Mas agradeço respeitosamente também aqueles que votaram no primeiro e no
147 segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a
148 festa da democracia [e a eles também os meus agradecimentos]. Agradeço as
149 lideranças partidárias [que inclusive muitas delas estão aqui hoje] que me apoiaram
150 e comandaram esta jornada, meus assessores, minhas equipes de trabalho e todos
151 os que dedicaram meses inteiros a esse árduo trabalho. Agradeço a imprensa
152 brasileira e estrangeira que aqui atua e [a] cada um de seus profissionais pela
153 cobertura do processo eleitoral.

154 Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram
155 triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião
156 arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós,
157 dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente
158 amantes da liberdade. Por isso, não carregarei nenhum ressentimento. Disse e
159 repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do

160 jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos,
 161 apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

162 Agradeço muito especialmente [e com emoção] ao presidente Lula. Ter a honra de
 163 seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa
 164 sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes
 165 anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado
 166 por seu país e por sua gente. A alegria que [eu] sinto pela minha vitória se mistura
 167 com a emoção da sua despedida. Sei que um líder como Lula nunca estará longe de
 168 seu povo e de cada um de nós. Baterei muito a sua porta e, tenho certeza [e
 169 confiança], que a encontrarei sempre aberta. Sei que a distância de um cargo nada
 170 significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. A tarefa de sucedê-
 171 lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar [este] seu legado. Saberei consolidar e
 172 avançar sua obra.

173 Aprendi com ele que quando se governa pensando no interesse público e nos mais
 174 necessitados uma imensa força brota do nosso povo [e nos ajuda a governar]. Uma
 175 força que leva o país para frente e ajuda a vencer os maiores desafios. Passada a
 176 eleição agora [nós sabemos] é hora de trabalho. Passado o debate de projetos
 177 agora é hora de união. União pela educação, união pelo desenvolvimento, união
 178 pelo país. Junto comigo foram eleitos novos governadores, [novos senadores]
 179 [novos] deputados [federais], senadores. Ao parabenizá-los [e a todos os deputados
 180 estaduais eleitos no primeiro turno], convido a todos, independente[mente] de cor
 181 partidária, para uma ação determinada [para uma ação efetiva, para uma ação
 182 enérgica] [em prol] pelo do futuro de nosso país. Sempre com a convicção de que a
 183 Nação Brasileira será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ela.
 184 [Um abraço a cada um, meus amigos e minhas amiga].
 185 Muito obrigada.

Recorte 1:

Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil, é [uma] imensa a minha alegria de estar aqui. [eu] Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão [talvez] a [missão] mais importante de minha vida. Este fato, para além de [a] minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil.(linhas 1-5)

No recorte 1, percebe-se uma situação de *momento histórico do Brasil*, em que o enunciador¹⁹ reconhece o amadurecimento da democracia brasileira e a força da mulher. Isso nos parece ligado ao que Maingueneau (2010a:80) denomina “mundo ético”, isto é, quando o discurso, através da leitura ou da audição, faz com que o co-enunciador partilhe de certo movimento do corpo, em um processo de “incorporação”, associado a comportamentos estereotípicos. Assim, o conteúdo do enunciado suscita adesão por meio de uma maneira de dizer, que é também uma maneira de ser.

O enunciador, por meio de sua maneira de dizer, pode mostrar sua identidade com os traços que supõe serem os mais adequados a seus interesses. As imagens da mulher e a do ex-presidente Lula são valorizadas. As *condições de produção* (primeiro discurso de uma presidente eleita) pedem um discurso destinado do representante do povo para o povo, sem muitas formalidades. Muito por isso, o discurso, previamente escrito, sofreu algumas improvisações, durante o pronunciamento, conforme marcamos na transcrição.

A linguagem menos formal, sobretudo pelo fato de o enunciador acrescentar ou omitir itens lexicais, do discurso 1, se compararmos aos outros discursos selecionados, teve um público-alvo: o povo mais simples, a maioria da população brasileira, que elegeu a presidente.

Recorte 2:

Já registro portanto aqui [o] meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda [a] nossa sociedade. A igualdade de oportunidades para [entre] homens e mulheres é um princípio

¹⁹ O uso do termo “enunciador” refere-se à instância que enuncia, conforme postula Maingueneau, por isso não utilizamos o termo “enunciadora”.

essencial da democracia. [Eu] Gostaria muito que os pais e [as] mães de [das] meninas [pudessem] olhassem [olhar] hoje nos olhos delas, e [dizer] lhes dissessem: “Sim, a mulher pode!” (linhas 5-12)

O enunciador valoriza a sua posição mulher e aposta na possibilidade de a eleição de uma presidente abrir caminhos para o preenchimento de outras vagas importantes para as mulheres, em todos os setores: *A igualdade de oportunidades para [entre] homens e mulheres é um princípio essencial da democracia.* (linhas 9-10).

O apagamento, revelado na transcrição, de alguns itens lexicais, parece-nos ligado à atitude do enunciador em querer reduzir o grau de formalidade de seu discurso e adequá-lo não à situação de enunciação “pronunciamento oficial de vitória eleitoral”, mas sim à cena de enunciação “eleição da mulher do povo, que continuará o governo do homem do povo (Lula)”. O enunciador faz as escolhas lexicais que melhor se adequam ao objetivo de seu discurso, que é o de aproximar o seu discurso ao do ex-mandatário do país e, portanto, legitimar-se, frente aos co-enunciadores (eleitores de Lula). Tais escolhas, parece-nos refletir a influência de Lula, cujo discurso sempre foi marcado pelo imprevisto e pela simplicidade.

Nos recortes 3 e 4, o enunciador apresenta o apoiador de seu discurso, o povo brasileiro, quem, segundo o enunciador, merecerá ações por parte do governo, asseguradas por compromissos.

Recorte 3:

[A] Minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da

cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país:
(linhas 13-16)

Recorte 4:

Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada [apenas] pela vontade do governo [ela é importante]. [Mas esta meta] Ela é um chamado à nação, aos empresários, [aos trabalhadores] às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem [do nosso país]. (linhas 32-36)

Há, além de um destaque considerável para o fato de uma mulher ter chegado ao posto mais alto da República do Brasil, uma convocação a todos os cidadãos, de todos os setores, públicos e privados, para que dividam com a presidente as responsabilidades de seu governo.

Recorte 5:

Reafirmo aqui este compromisso. [Eu e o Michel Temer]Fui eleita com uma coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério fundamental. (linhas 122-125)

No recorte 5, notamos a força da imagem masculina, encarnada nas figuras do atual vice-presidente e dos líderes de outros partidos, no discurso do enunciador. O respaldo do primeiro, garante ao co-enunciador o certeza de apoio do maior partido brasileiro, o PMDB, e o segundo, uma base aliada importante para a governabilidade, importante para qualquer governo. Segundo Charaudeau, a *intância política* precisa assegurar ao eleitor condições para cumprir o que foi prometido durante a campanha eleitoral. Ao apresentar o apoio dos partidos, o enunciador, indica disposição e força política para cumprir promessas.

Recorte 6:

Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados em nossa constituição.
Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República. (linhas 21-23)

Com o uso de palavras no tempo futuro (Zelarei) e a indicação da instituição a qual fará parte, a partir de então, a presidência da república, o enunciador insere-se num lugar e no tempo, de maneira que suas ações serão consideradas justas e legítimas, uma vez que estarão em consonância com a Constituição. O uso do item lexical *nossa* revela a preocupação do enunciador em incluir-se defensor e cumpridor da Constituição brasileira e, desse modo, projetar-se como republicano.

Recorte 7:

Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo,

[o governo do presidente Lula] no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível. Reconheço [eu e meu Vice, Michel Temer, hoje eleito] [reconhecemos] que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade do [nosso] presidente **Lula** e pela força do povo [brasileiro] e de nossos empreendedores [e trabalhadores] encontra seu momento de maior potencial numa época em que a economia das grandes nações se encontra abalada. (linhas 44-52)

Podemos inferir que o enunciador constroi um *ethos de mulher sucessora*, com o apoio de Lula e do povo brasileiro. Percebemos, na transcrição, o enunciador alterando, de improviso, seu discurso para inserir o nome de seu vice e enfatizar o *povo brasileiro e os trabalhadores* que, segundo o enunciador, *contribuíram diretamente para sua vitória*.

Embora o enunciador queira apresentar-se conectado com Lula, ao mesmo tempo, quer mostrar-se dono de sua gestão e conciliador dos prováveis conflitos de poder que possam emergir logo após sua posse. Como demonstração disso, no Recorte 8, podemos observar a preocupação do enunciador em mostrar-se amigo, sem ressentimentos, dos partidos opositores.

Recorte 8:

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio. (linhas 127-129)

O mundo ético, ao qual Charaudeau se refere, é, aqui, mobilizado. Podemos presumir que o enunciador roga a si o posto de conciliador e representante de todos os brasileiros, já que informações de ordem psicológica e social são reveladas, quando o enunciador se posiciona: *Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política.* (linhas 130-131)

Recorte 9:

A partir de minha posse serei presidente de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, numa reforma política que eleve os valores republicanos, avançando [e fazendo avançar] **em** nossa jovem democracia. (linhas 130-134)

O enunciador autodenomina-se *representante da conduta e da qualidade da política*, o que nos parece ligado ao que Maingueneau (2010a:87) chama de “imposto pela cenografia”, ou seja, contrastando com os governos dos opositores do PT, o co-enunciador será levado a legitimar a cenografia de homenagem à democracia e ao Lula e o *ethos* de *governante competente* e, portanto, capaz de continuar com as mudanças de que o Brasil necessita, iniciadas no governo anterior.

Recorte 10:

Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com

meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos.
(linhas 136-139)

Embora o governo anterior tenha deixado marcas, até hoje sentidas pelos integrantes do partido PT, tais como as denúncias de corrupção, o enunciador amenizou tal assunto em seu discurso. Não faz menção aos termos “corrupção” e “mensalão”. O que se tem é a utilização do item lexical *malfeito*, e mais uma vez o *posicionamento* do enunciador, cuja intenção é, portanto, minimizar o impacto dos termos, até então utilizados na grande mídia. O interdiscurso revela-se, aqui, quando há um atravessamento de discursos outros, como por exemplo, jornalístico.

O enunciador posiciona-se como *garantidor da aplicação da lei*, nos casos em que houver envolvidos em atos de corrupção em seu governo. Cabe-nos inferir que ele será aquele que restabelecerá a ordem. Com isso, o enunciador procura marcar o posicionamento de seu partido, que é combater qualquer tipo de corrupção. Tal posicionamento, durante o governo Lula, não foi assimilado pela grande mídia.

Recorte 11:

Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. Por isso, não carregarei nenhum ressentimento. Disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório. (linhas 154-161)

No Recorte 10, percebemos o jogo do EU+NÓS em que o enunciador se qualifica para o cargo que está prestes a ocupar. Podemos inferir que o enunciador, mesmo marcado pelos desmandos da ditadura e pela violência por que passou: [...] *Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão [...]*, mostra-se imbuído do poder e sabedor de suas reponsabilidades e deveres perante todas as *instâncias: cidadã, judicial, política etc.*, que estão implicadas na sociedade.

Ainda que ferido em sua pessoalidade, garante, apoiado por aqueles que, como ele, lutaram pela democracia e pela liberdade, condições democráticas para o livre exercício da cidadania.

O discurso 1, portanto, faz emergir, na enunciação construída, uma cenografia *desabafo/homenagem*. *Desabafo* porque, movido pelas emoções da conquista, o enunciador esboça, além de muita emoção, choro, ao lembrar os percalços vivenciados durante a campanha (tal foi nossa percepção durante a transcrição do áudio). A cenografia utilizada também foi a de *homenagem*, uma vez que, notadamente, o enunciador utiliza seu discurso para prestar homenagens ao líder do governo que sucedeu e ao qual pretende dar continuidade.

Tal cenografia revela *ethe discursivos* de conciliador e de mulher sucessora, com autoridade e humildade mas, além de tudo, apoiada por Lula e também pelo povo brasileiro. Esse enunciador, mesmo revelando mágoas em relação à perseguição que sofreu durante o regime ditatorial, revela-se amante da liberdade, vencedor e comprometido com a continuação de um governo.

Sabemos que a cenografia, segundo Maingueneau, é uma encenação, ou seja, originalmente, o discurso 1 está numa situação de enunciação *discurso de posse/agradecimento*, mas a cenografia revela indícios na materialidade do texto, um tom e uma corporalidade que visam construir o *ethos discursivo* do enunciador.

O discurso 2, o mais breve dos quatro discursos, ocorreu em cerimônia de diplomação, no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, no dia 17/12/2010. O *tom* formal. Diferentemente do discurso 1, não há nenhum *item lexical* modificado durante o pronunciamento. O texto escrito é seguido à risca. Tal fato parece-nos ligado às *condições de produção* (tribunal). Observamos que as emoções são transmitidas de maneira mais comedida, quase imperceptíveis, se comparado ao discurso 1.

- 1 Senhor presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ricardo Lewandowski,
- 2 Senhor presidente do Senado Federal, senador José Sarney,
- 3 Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
- 4 Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
- 5 Senhor vice-presidente eleito, Michel Temer,
- 6 Senhoras e senhores ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal
- 7 Superior Eleitoral e dos Tribunais Superiores,
- 8 Senhoras e senhores ministros de Estado,
- 9 Senhoras e senhores governadores,
- 10 Senhoras e senhores parlamentares,
- 11 Senhores presidentes e representantes de partidos políticos presentes,
- 12 Meus caros familiares e amigos,
- 13 Senhoras e senhores jornalistas,
- 14 Senhoras e senhores,
- 15 Sem sombra de dúvida, é uma imensa emoção receber este diploma da Corte
- 16 responsável pelo processo eleitoral brasileiro. É uma grande emoção, tanto do
- 17 ponto de vista da minha trajetória política, como também da minha situação
- 18 como mulher brasileira.
- 19 Eu considero esse processo eleitoral que nós conquistamos no Brasil um
- 20 processo excepcional. A lisura, a eficiência e a confiabilidade de nossa Justiça
- 21 Eleitoral já são reconhecidas em todo o mundo. O uso da tecnologia a serviço
- 22 do sagrado direito de voto é uma inovação e uma invenção verde-amarela, que
- 23 desperta crescente interesse das democracias.
- 24 As eleições, elas se constituem em um momento muito rico, talvez o mais rico
- 25 do processo democrático. Elas propiciam – e todos nós vivenciamos isso – o
- 26 debate das grandes questões; o debate e o confronto de projetos para o futuro
- 27 do país, permitindo o julgamento soberano do eleitor.

28 Esse julgamento, que já levou importantes estadistas e diferentes lideranças ao
29 posto mais alto da República, experimentou nos últimos anos a esperança e a
30 ousadia, ao levar um trabalhador à Presidência da República. Quanto orgulho
31 temos, os brasileiros e as brasileiras, de ver um homem do povo conduzindo o
32 país para um momento de tão extraordinário avanço social e econômico!

33 Foi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora
34 uma mulher presidente, uma mulher presidente. Para além da minha pessoa,
35 esse fato demonstra a crescente maturidade da nossa democracia. Esse fato
36 rompe com os preconceitos, desafia os limites e enche de esperança um povo
37 sofrido e, também, de orgulho as mulheres brasileiras.

38 Esse povo sofrido é um povo, também, de elevada autoestima e de enorme
39 disposição de trabalho, e agora, sem dúvida, cheio de esperança em um futuro
40 que já começou a chegar.

41 Recebo este diploma com alegria e humildade, e uma enorme disposição de
42 empenhar todo o meu esforço para retribuir a confiança recebida nas urnas.

43 Honrar as mulheres, cuidar dos mais frágeis e governar para todos é o que me
44 anima e estimula ao trabalho nos próximos anos.

45 Quero dedicar todo o meu carinho e empenho aos desejos mais justos e
46 destacados das famílias brasileiras: a educação das crianças e jovens, a
47 segurança das nossas comunidades, e a saúde de todos os brasileiros.

48 Cuidarei da estabilidade econômica e do investimento, tão necessários ao
49 crescimento e ao emprego. Defenderei sempre a liberdade de manifestação de
50 imprensa e de culto. Mas reafirmo que nenhuma estratégia política ou
51 econômica é efetiva se não se refletir diretamente, concretamente na vida de
52 cada trabalhador, de cada trabalhadora, de cada empresário, de cada família e
53 de todas as regiões deste imenso e generoso nosso país.

54 Sei que há muitas expectativas sobre o governo que inicio – e iniciaremos – em
55 janeiro próximo. Sei da responsabilidade de suceder um governante da estatura
56 do presidente Lula. Sei dos imensos desafios que nosso futuro comporta. Mas
57 se pensarmos o que cada um de nós pode e podemos fazer pelo Brasil, vamos
58 descobrir uma força infinita, que a cada momento se alimenta e se renova: a
59 força da união de nosso país, de nossa nação, de nossa sociedade. União para
60 avançar, união para crescer, união para encontrar novos e melhores caminhos.

61 Neste momento em que recebo o diploma mais alto da democracia, quero
62 reparti-lo com cada brasileiro e, em especial, com cada brasileira, para dizer
63 que, pelo Brasil, conto com todos e todas e que todos e todas podem contar

64 comigo. Muito obrigada.

Recorte 1:

Senhoras e senhores,
Sem sombra de dúvida, é uma imensa emoção receber este diploma da Corte responsável pelo processo eleitoral brasileiro. É uma grande emoção, tanto do ponto de vista da minha trajetória política, como também da minha situação como mulher brasileira.
Eu considero esse processo eleitoral que nós conquistamos no Brasil um processo excepcional. A lisura, a eficiência e a confiabilidade de nossa Justiça Eleitoral já são reconhecidas em todo o mundo. O uso da tecnologia a serviço do sagrado direito de voto é uma inovação e uma invenção verde-amarela, que desperta crescente interesse das democracias. (linhas 14-23)

O enunciador utiliza os itens lexicais *Senhoras e Senhores*, repetindo o protocolo utilizado pelo seu antecessor (Lula)²⁰, além disso, tal saudação difere daquela utilizada no discurso 1, no qual, os cumprimentos iniciam-se com os itens lexicais menos formais: *minhas amigas e meus amigos*. Com isso, o valor daquelas que ajudaram a colocar o enunciador no poder, as *mulheres do Brasil*, é destacado.

No *Recorte 1*, o enunciador dá crédito ao que chama de *lisura e eficiência da justiça Eleitoral* reforçando, assim, qual seria seu posicionamento, a partir daquele momento, frente aos demais poderes, fundamentais para sua governabilidade, o que lhe garante legitimidade no ato da investidura do cargo.

²⁰ Antes de Lula, a maioria dos presidentes utilizava, no início de seus discursos, itens lexicais de cunho masculino [Senhor (es), Excelentíssimo (s)].

A situação de enunciação (diplomação em um tribunal) exige dos coenunciadores (Dilma Rousseff, juízes, autoridades e políticos) exercícios de papéis sociais, já que representam instituições. Muito por isso, o discurso 2 caracteriza-se pelo ato de *diplomação* do enunciador, que exerce um papel social, o de presidente.

Outro aspecto a ser considerado no discurso 2 é o fato de a língua ser utilizada em maior grau de formalidade, se compararmos ao discurso 1. Percebemos tal fato a partir das escolhas lexicais feitas pelo enunciador.

Recorte 2:

As eleições, elas se constituem em um momento muito rico, talvez o mais rico do processo democrático. Elas propiciam – e todos nós vivenciamos isso – o debate das grandes questões; o debate e o confronto de projetos para o futuro do país, permitindo o julgamento soberano do eleitor. Esse julgamento, que já levou importantes estadistas e diferentes lideranças ao posto mais alto da República, experimentou nos últimos anos a esperança e a ousadia, ao levar um trabalhador à Presidência da República. Quanto orgulho temos, os brasileiros e as brasileiras, de ver um homem do povo conduzindo o país para um momento de tão extraordinário avanço social e econômico! (*linhas 24-32*)

Não é só o vocabulário que o enunciador aparenta dominar, ele também se marca no tempo passado, no presente e no futuro, quando se posiciona: *Esse julgamento, que já levou importantes estadistas e diferentes lideranças ao posto mais alto da República, experimentou nos últimos anos a esperança e a ousadia, ao levar um trabalhador à Presidência da República.* O enunciador

destaca, portanto, os processos e progressos eleitorais do Brasil e, sobretudo, a causa da vitória de Lula e da primeira mulher presidente do Brasil.

Ao destacar a imagem de Lula e seus feitos, o enunciador oferece informações que contribuirão para desvelar um *ethos discursivo*. Tal ação, de ordem psicológica, implica *esteriótipos* e ativa *mundos éticos*, em que comportamentos e traços de caráter são indissociáveis. Ao dizer: *Esse julgamento, que já levou importantes estadistas e diferentes lideranças ao posto mais alto da República experimentou nos últimos anos a esperança e a ousadia [...]*, o enunciador se compara ao ex-presidente Lula e reconhece que só se tornou presidente em função do projeto de continuidade daquele governo.

Recorte 3:

Esse povo sofrido é um povo, também, de elevada autoestima e de enorme disposição de trabalho, e agora, sem dúvida, cheio de esperança em um futuro que já começou a chegar. *(linhas 38-40)*

No *Recorte 3*, o enunciador exalta o *povo*, que naquele momento não é o seu co-enunciador direto, como o responsável por sua vitória, já que os co-enunciadores, haja vista a situação de enunciação (Tribunal Superior Eleitoral) do discurso 2, são juízes, autoridades, políticos etc. O enunciador se coloca ora como o portador da esperança em um futuro que já começou a chegar ora como representante da continuidade.

Recorte 4:

Sei da responsabilidade de suceder um governante da estatura do presidente Lula. Sei dos imensos desafios que nosso futuro comporta. Mas se pensarmos o que cada um de nós pode e podemos fazer pelo Brasil, vamos descobrir uma força infinita, que a cada momento se alimenta e se renova: a força da união de nosso país, de nossa nação, de nossa sociedade. União para avançar, união para crescer, união para encontrar novos e melhores caminhos. (*linhas 55-60*)

O discurso, proferido no Tribunal Eleitoral, foi breve, mas os *tons* de líder, de sinceridade, serenidade, equilíbrio são marcas recorrentes, assim como no discurso 1. Neste, o enunciador, por meio de uma maneira de dizer, que é uma maneira de ser, constrói uma cenografia de *atestado de democracia* e revela um *ethos discursivo* de *líder de um governo que continua*. O governo daquele que, segundo o enunciador, é *um governante de estatura*.

A cenografia do discurso 2, portanto é encenada, *atestado de democracia*. *Atestado* porque, em vários momentos do discurso, o enunciador simula ter testemunhado, junto ao povo brasileiro, a história política do Brasil e o quanto são representativas, para o sentimento democrático, as vitórias de Lula e de Dilma Rousseff, nas eleições presidenciais, pois são, respectivamente, um representante do povo e uma representante das mulheres. Desse modo, os *ethes discursivos* de sincero, de responsável e de honesto são desvelados.

O discurso 3, o mais extenso dos quatro discursos, foi proferido durante sessão de posse no Congresso Nacional, em 01/01/2011:

1 Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
2 Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,
3 Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
4 Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
5 Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
6 Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
7 Senhoras e senhores ministros de Estado,
8 Senhoras e senhores governadores,
9 Senhoras e senhores senadores,
10 Senhoras e senhores deputados federais,
11 Senhoras e senhores representantes da imprensa,
12 Meus queridos brasileiros e brasileiras,
13 Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial
14 cingirá o ombro de uma mulher.
15 Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado
16 histórico desta decisão.
17 Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa
18 presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.
19 Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu
20 coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.
21 E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do
22 voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador,
23 decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.
24 Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no
25 futuro, ser presidentes; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras
26 sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.
27 Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada
28 mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres,
29 proteger os mais frágeis e governar para todos!
30 Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que
31 este país já viveu nos tempos recentes.
32 Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da
33 Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem
34 tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao
35 país, ao seu lado, nestes últimos anos.
36 De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a
37 confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.
38 A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do

39 seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que
40 o Presidente Lula deixa para todos nós.

41 Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da
42 nossa história.

43 Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma
44 nação geradora das mais amplas oportunidades.

45 Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro,
46 incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito
47 anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de
48 amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o Presidente Lula e
49 o vice-presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo!!

50 Eu e o vice-presidente, Michel Temer, nos sentimos responsáveis por seguir no
51 caminho iniciado por eles.

52 Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história.
53 Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os
54 extraordinários avanços recentes, liderados pelo Presidente Lula, é justo lembrar
55 que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas
56 do Brasil de hoje.

57 Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão
58 sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo
59 período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em
60 que superamos a nossa dívida externa.

61 Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social,
62 resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões
63 a alcançarem a classe média.

64 Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais,
65 descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.

66 Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem
67 alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem,
68 com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

69 Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais
70 do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.

71 Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade
72 política e criatividade.

73 Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

74 Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos
75 garantiram chegar até aqui.

76 Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

77 Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na
78 legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido
79 programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e
80 dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

81 Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade,
82 especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda
83 inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a
84 capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos
85 negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

86 É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize
87 o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O
88 uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de
89 progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

90 Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta
91 permanente. A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz
92 do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes,
93 merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização
94 de nossas empresas já é uma realidade.

95 O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o
96 desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor. As
97 pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos
98 permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

99 Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental,
100 sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a
101 biodiversidade da Amazônia, no Norte, dando condições à extraordinária produção
102 agrícola do Centro-Oeste, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de
103 pioneirismo do Sul.

104 É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e
105 potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo
106 brasileiro.

107 No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e
108 a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para
109 consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no
110 período do governo do Presidente Lula.

111 É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos
112 governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da
113 educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população
114 brasileira.

115 Queridos brasileiros e brasileiras,
116 A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e
117 a criação de oportunidades para todos.
118 Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula.
119 Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação
120 plena como povo desenvolvido.
121 Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto
122 houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres
123 abandonadas à própria sorte. O conagraamento das famílias se dá no alimento, na
124 paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!
125 Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por
126 toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições
127 públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos
128 trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas
129 de bem.
130 A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de
131 crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para
132 as atuais e as novas gerações.
133 É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a
134 desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.
135 Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte,
136 aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a
137 economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma
138 hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as
139 famílias mais pobres.
140 Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das
141 contas externas e bloquear e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos
142 decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis
143 e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado
144 de capitais especulativos.
145 Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca
146 qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do
147 esforço de produção.
148 Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto
149 público.
150 O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de
151 serviços básicos e de Previdência Social pública.
152 Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a

153 garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação
154 universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de
155 qualificação dos gastos governamentais.

156 Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de
157 investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial
158 como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento
159 regional.

160 Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa,
161 Minha Vida manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento
162 da Presidência da República e dos Ministérios.

163 O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e
164 coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios.
165 Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as
166 iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

167 Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as
168 Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade
169 de vida, em todas as regiões envolvidas.

170 Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem
171 dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é
172 mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de
173 transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

174 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

175 Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela
176 qualidade da educação, da saúde e da segurança.

177 Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso
178 melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

179 Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches
180 e de pré-escolas.

181 No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a
182 vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando
183 a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação
184 educacional e profissional de qualidade.

185 Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados
186 como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada,
187 remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com
188 a educação das crianças e dos jovens.

189 Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens
190 preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do

191 conhecimento.

192 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

193 Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu
194 governo.

195 Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão
196 essencial para o povo brasileiro.

197 O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o
198 procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis,
199 tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de
200 prevenção e promoção da saúde.

201 Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço
202 prestado e o respeito ao usuário.

203 Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a
204 reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

205 A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em
206 todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do
207 sistema.

208 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

209 A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o
210 caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias
211 brasileiras.

212 Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em
213 todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte
214 parceria com estados e municípios.

215 O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos
216 conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo,
217 incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.

218 O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no
219 combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de
220 fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.

221 Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no
222 controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento
223 profissional permanente.

224 Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do
225 crack, que desintegra nossa juventude e infelicita as nossas famílias.

226 O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas
227 brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço
228 tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

229 A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma
230 moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento
231 será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão
232 geradores de milhares de novos empregos.

233 O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da soberania
234 brasileira na produção energética e do petróleo.

235 O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no
236 pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras
237 gerações a melhor parcela dessa riqueza transformada, ao longo do tempo, em
238 investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e
239 na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às
240 futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

241 Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,
242 Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma
243 nova era. O despertar de um novo Brasil.

244 Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: “o que tem de ser, tem muita
245 força, tem uma força enorme”.

246 Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser,
247 uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do
248 estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

249 Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas
250 florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do
251 mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente
252 ambiental.

253 O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela
254 se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na
255 explosão da comunicação e da informática.

256 Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais.
257 Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o
258 domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de
259 produtividade e competitividade do nosso país.

260 Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo
261 econômico ou no campo do desenvolvimento econômico pura e simplesmente. Ele
262 pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A
263 cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

264 Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões
265 de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e
266 literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

267 Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e,
268 ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e
269 sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística
270 e cultural.

271 Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais
272 que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.

273 Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,
274 Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um
275 país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

276 Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre
277 saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

278 O etanol e as fontes de energias hídricas terão grande incentivo, assim como as
279 fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil
280 continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas
281 imensas florestas.

282 Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o
283 Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por
284 terceiros, de acordos internacionais.

285 Defender o equilíbrio ambiental do Planeta é um dos nossos compromissos
286 nacionais mais universais.

287 Meus queridos brasileiros e brasileiras,
288 Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática
289 brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos
290 Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

291 O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

292 Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos;
293 com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e
294 com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e
295 aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.

296 Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

297 O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu
298 desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.

299 Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar
300 que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos
301 contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção
302 qualificada nos fóruns multilaterais.

303 Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à
304 existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao

305 crime organizado transnacional.

306 Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos
307 de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de
308 Segurança.

309 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

310 Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e
311 brasileiras. E vou fazê-lo.

312 Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu
313 governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os
314 brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo
315 que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada
316 um:

317 dos movimentos sociais,
318 dos que labutam no campo,
319 dos profissionais liberais,
320 dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,
321 dos intelectuais,
322 dos servidores públicos,
323 dos empresários,
324 das mulheres,
325 dos negros, dos índios, dos jovens,
326 de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

327 Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica,
328 no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na
329 vastidão dos pampas.

330 Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão
331 das florestas, no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

332 Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

333 Respeitada a autonomia dos Poderes e o princípio federativo, quero contar com o
334 Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para
335 continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e
336 fortalecendo nossa democracia.

337 Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades
338 individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de
339 opinião.

340 Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa
341 livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração
342 lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da

343 mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso
344 país e como bandeira sagrada de todos os povos.

345 O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional,
346 mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a
347 afirmação coletiva da nossa nação.

348 Eu e meu vice-presidente, Michel Temer, fomos eleitos por uma ampla coligação
349 partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional,
350 liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

351 Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da
352 sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de
353 minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

354 A partir deste momento sou a presidente de todos os brasileiros, sob a égide dos
355 valores republicanos.

356 Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio
357 e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de
358 controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e
359 autonomia.

360 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

361 Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda
362 a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha
363 juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais
364 extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer
365 arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

366 Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a
367 alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha
368 homenagem.

369 Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu
370 sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez
371 ao poeta da minha terra:

372 “O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria,
373 apertada e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é
374 coragem”.

375 É com essa coragem que vou governar o Brasil.

376 Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

377 Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha
378 mãe que me acompanha e me abençoa.

379 É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os
380 próximos anos da minha vida.

- 381 Que Deus abençoe o Brasil!
 382 Que Deus abençoe a todos nós!
 383 E que tenhamos paz no mundo!

Com um *tom* ameno, enviezado emotivo, embora formal, no discurso 3, o enunciador direciona-se, assim como no discurso 1, ao povo, sobretudo à mulher brasileira, além de referir-se, como nos discursos 1 e 2, ao ex-presidente Lula. O *chamamento*, aqui, é mais intimista após os cumprimentos oficiais às autoridades e políticos presentes, mas a situação de enunciação, discurso *de posse no Congresso Nacional*, espaço em que várias discussões importantes ocorreram, desde sua constituição, permitiu uma *encenação* diferente e emocionada durante o pronunciamento. O enunciador suplantou seus pares políticos e enfatizou os chamamentos *meus queridos amigos, minhas queridas amigas; minhas queridas brasileiras, meus queridos brasileiros*.

Recorte 1:

Meus queridos brasileiros e brasileiras,
 Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.
 Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.
 Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. (*linhas 12-18*)

Ao povo é atribuída a façanha de mudar os rumos da história, até então, escrita por minorias detentoras do poder: *Pela decisão soberana do povo*. A democracia jovem, mas madura, para o enunciador, é refletida pela eleição de

um trabalhador e de uma mulher para o cargo mais alto da República. Segundo Charaudeau (2008:20), a *propriedade coletiva dos valores cria entidades abstratas (Estado, República, Nação) que garantem os direitos e deveres dos indivíduos [...]*. O enunciador, no *Recorte 1*, instaura o sentimento de que tudo está como deveria estar, ou seja, seu mandato é legítimo e tem origem na vontade soberana, que é a vontade do povo brasileiro.

Recorte 2:

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. (*linhas 19-23*)

As referências à mulher e ao homem trabalhador reforçam a intenção do enunciador em marcar-se como aquele que foi eleito em função do anseio do povo. Afinal, um homem trabalhador, de fala simples e um dos presidentes mais populares da história política do Brasil, é o apoiador de todo o seu discurso.

Recorte 3:

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do

futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. (*linhas 312-315*).

O discurso 3 busca solidificar as propostas de campanha, de modo que a cenografia “contrato com a nação brasileira” é construída. Contrato que só será firmado se houver também um comprometimento da instância cidadã, portanto, a cenografia revelada é de contrato entre o enunciador e povo brasileiro.

Ao se firmar um contrato entre partes, há uma partilha de responsabilidades. Tal partilha é reconhecida no *Recorte 3*. Trata-se de uma estratégia utilizada pelo enunciador para buscar a adesão de seus eleitores ao seu projeto de governo. É o que revela quando se posiciona: *O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje*.

Recorte 4:

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,
 dos empresários,
 das mulheres, dos negros, dos índios, dos jovens, de todos aqueles
 que lutam para superar distintas formas de discriminação. (*linhas*
312-326)

No *Recorte 4*, o enunciador evoca questões de caráter étnico, profissional e de gênero, com o intuito de mostrar-se governador de todos e defensor da justiça. Ao incluir *todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação*, o enunciador busca o apoio necessário para iniciar um governo sem cobranças. Na verdade, ele partilha a responsabilidade de garantir a justiça com o co-enunciador (povo brasileiro, independente de filiação partidária): *Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil*.

Recorte 5:

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão
 amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na
 imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas. (*linhas 327-329*)

Ser presidente, sucessora daquele que foi representante dos menos favorecidos economicamente, exige do enunciador um discurso capaz de atingir e sensibilizar os eleitores que apostaram na continuidade de um governo, por isso, o enunciador utiliza itens lexicais específicos do *universo discursivo* do discurso do ex-presidente Lula: *[.] na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na*

vastidão dos pampas. Desse modo, um traço de companheiro do dia a dia é marcado.

Reconhecer a *instância cidadã*, em suas mais diversas representações e regiões, favorece a legitimação dos *ethe discursivos* de capaz, de sensível, de governante legítimo e inovador.

Recorte 6:

Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos. (*linhas 337-347*)

A condição mulher e ex-combatente da ditadura militar do enunciador ora o fortalece ora o fragiliza, mas a imagem, materializada no discurso, sustenta um *tom* de segurança, que transmite ao *co-enunciador* a confiança de que seu voto foi oferecido ao candidato correto, pois, apesar de o enunciador relembrar seu passado, ele se posiciona no presente: *prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura [...]*.

Ao final do discurso, o enunciador declara-se presidente, uma vez que a cenografia “contrato” propicia a legitimidade e outras instâncias de poder (cidadã e política) dão investidura ao cargo de mandatário do Brasil. De acordo com o falar popular no Brasil, quando um contrato é firmado, as partes interessadas “assinam embaixo”, ou seja, referendam o acordado. O

enunciador sente-se garantido em seu posto, como se isso fosse resultado de um contrato firmado entre o povo brasileiro e ele.

A encenação revela a fala de uma mulher, institucionalmente nomeada, num enunciado que propõe o fim da indefinição do lugar da mulher, em detrimento do lugar do homem, ainda marcados socialmente.

Recorte 7:

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu, sobretudo, coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

“O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

É com essa coragem que vou governar o Brasil. *(linhas 369-375)*

Consciente das dificuldades passadas, o enunciador apresenta um *ethos discursivo* de simplicidade que, aliado ao dizer de um poeta, ratifica seu interesse em mostrar-se simples, mas ao mesmo tempo, preparado para os desafios vindouros: *Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu, sobretudo, coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra [...].*

Recorte 8:

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. *(linhas 27-28)*

Ao colocar a “mulher brasileira” como digna de glória, em detrimento de sua própria biografia, o enunciador corrobora a máxima esboçada em um de seus *jingles* de campanha política: *Meu Brasil tá querendo Dilma, meu Brasil tá querendo continuar. Com a força da massa, o povo te abraça. Agora é Dilma, é a vez da mulher.*

Nesse discurso 3, portanto, é construída uma cenografia de *contrato* entre o enunciador e o povo brasileiro, assim, emergem, na cenografia, *ethe discursivos* de presidente eleita, capaz, sensível, governante legítima e inovadora, que governará pelo/para/com o povo. Ao incluir o povo no discurso, o enunciador coloca o co-enunciador numa posição de apoiador de seu dizer.

O discurso 4 é um pronunciamento à nação, feito no Parlatório do Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 01/01/2011:

- 1 Queridas brasileiras, queridos brasileiros,
- 2 Eu e o nosso vice-presidente, Michel Temer, e sua senhora, Marcela, estamos aqui
- 3 assumindo a Presidência e a Vice-Presidência do Brasil.
- 4 Eu estou feliz, como raras vezes estive na minha vida, pela oportunidade que a
- 5 história me deu de ser a primeira mulher a governar o Brasil. Mas eu estou muito
- 6 emocionada pelo encerramento do mandato do maior líder popular que este país já
- 7 teve. Ter a honra do seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com
- 8 sua imensa sabedoria, são coisas que se guardam para a vida toda.
- 9 Conviver todos estes anos com o presidente Lula me deu a dimensão do governante
- 10 justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela
- 11 minha posse como presidente se mistura com a emoção da sua despedida. Mas Lula
- 12 estará conosco. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de
- 13 tamanha grandeza e generosidade.
- 14 A tarefa de suceder o presidente Lula é desafiadora. Eu saberei honrar este legado e
- 15 saberei consolidar e avançar nesta obra de transformação do Brasil. A vontade de
- 16 mudança do nosso povo levou um operário à Presidência do Brasil. Seu esforço, sua
- 17 dedicação e seu nome já estão gravados no coração do povo, o lugar mais sagrado
- 18 da nossa nação.
- 19 Hoje o presidente Lula deixa o governo depois de oito anos, período em que liderou as
- 20 mais importantes transformações na vida do país. A força dessas transformações

21 permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela
22 primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil.

23 Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e
24 valoriza a nossa democracia.

25 Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro,
26 incansável lutador, companheiro que esteve ao nosso lado, ao lado do presidente Lula
27 nesses oito anos. Eu me refiro ao nosso querido vice-presidente José Alencar. Que
28 exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem! E que parceria Zé
29 Alencar e Lula, Lula e Zé Alencar fizeram, pelo Brasil e pelo nosso povo!

30 Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por
31 eles. Aprendemos com eles que quando se governa pensando no interesse público e
32 nos mais necessitados, uma imensa força brota do nosso país. Aprendemos que
33 quando se governa amando o Brasil, preservando a sua soberania e desenvolvendo o
34 nosso país para torná-lo do tamanho do sonho de cada brasileira e cada brasileiro,
35 uma força imensa é mobilizada e todos nós avançamos juntos.

36 Reafirmo aqui outro compromisso: cuidarei com muito carinho dos mais frágeis e mais
37 necessitados. Governarei para todos e todas as brasileiras.

38 Uma mulher, uma importante líder indiana disse um dia que não se pode trocar um
39 aperto de mão com os punhos fechados. Pois eu digo: minhas mãos vão estar abertas
40 e estendidas para todos, desde os nossos aliados de primeira hora até aqueles que
41 não nos acompanharam neste processo eleitoral.

42 É com este espírito de união que eu assumo hoje o governo do meu país. Acredito e
43 trabalharei para que estejamos todos unidos pelas mudanças necessárias na
44 educação, na saúde, na segurança e, sobretudo, na luta para acabar com a pobreza,
45 com a miséria.

46 Não peço a ninguém que abdique de suas convicções. Buscarei o apoio, respeitarei a
47 crítica. É o embate civilizado entre as ideias que move as grandes democracias como
48 a nossa.

49 Não carrego, hoje, nenhum ressentimento nem nenhuma espécie de rancor. A minha
50 geração veio para a política em busca da liberdade, num tempo de escuridão e medo.

51 Pagamos o preço da nossa ousadia ajudando, entre outros, o país a chegar até aqui.

52 Aos companheiros meus que tombaram nessa caminhada, minha comovida
53 homenagem e minha eterna lembrança.

54 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

55 Já fizemos muito nos últimos oito anos, mas ainda há muito por fazer. E foi por
56 acreditar que nós podemos fazer mais e melhor que o povo brasileiro nos trouxe até
57 este momento.

58 Agora é hora de trabalho. Agora é hora de união. União de todos nós pela educação

59 das crianças e dos jovens. União pela saúde de qualidade para todos. União pela
60 segurança de nossas comunidades. União para o Brasil continuar crescendo, gerando
61 empregos. União para o Brasil continuar crescendo, gerando empregos para as atuais
62 e para as futuras gerações. União, enfim, para criar mais e melhores oportunidades
63 para todos nós.

64 O meu sonho é o mesmo sonho de qualquer cidadão ou cidadã: o sonho de que uma
65 mãe e um pai possam oferecer aos seus filhos oportunidades melhores do que a que
66 eles tiveram em suas vidas.

67 Esse é o sonho que constrói um país, uma família, uma nação. Esse é o desafio que
68 ergue um país.

69 Apresentei há pouco uma mensagem, com meus princípios e compromissos, no
70 Congresso. Ali existem metas e objetivos, mas também existem sonhos.

71 Acho bom que seja assim. Para governar um país, um país continental do tamanho do
72 Brasil, é também preciso ter sonhos. É preciso ter grandes sonhos e perseguir-los.

73 Foi por não acreditar que havia o impossível que o presidente Lula fez tanto pelo país
74 nesses últimos anos. Sonhar e perseguir os sonhos é exatamente romper o limite do
75 possível.

76 Para consolidar e avançar as grandes conquistas recentes precisarei muito do apoio
77 de todos vocês.

78 Quero pedir o apoio de todos, de Leste a Oeste, do Norte ao Sul do nosso país.

79 Vou estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão do Amazonas, nos
80 rincões do Nordeste, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

81 Se todos trabalharmos pelo Brasil, o Brasil nos devolverá em dobro o nosso esforço.

82 O Brasil é uma terra generosa. Tudo que for plantado com mãos carinhosas e olhar
83 para o futuro será colhido com abundância e alegria.

84 Que Deus abençoe o Brasil e o povo brasileiro.

85 Que todos nós juntos possamos construir um mundo de paz.

86 Eu quero, neste momento, dizer a vocês que eu darei todo o meu empenho, toda a
87 minha dedicação para fazer com que as transformações que nós começamos nesses
88 últimos oito anos continuem, prossigam e se expandam porque o povo brasileiro e o
89 nosso país têm condições, hoje, de se transformar no maior e no melhor país para se
90 viver.

91 Um abraço a todos, homens e mulheres do meu Brasil.

Recorte 1:

Queridas brasileiras, queridos brasileiros,
 Eu e o nosso vice-presidente, Michel Temer, e sua senhora, Marcela, estamos aqui assumindo a Presidência e a Vice-Presidência do Brasil.
 Eu estou feliz, como raras vezes estive na minha vida, pela oportunidade que a história me deu de ser a primeira mulher a governar o Brasil. Mas eu estou muito emocionada pelo encerramento do mandato do maior líder popular que este país já teve. Ter a honra do seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guardam para a vida toda. (*linhas 1-8*)

No *Recorte 1*, o enunciador apresenta-se já diplomado e deferido por todos os órgãos responsáveis pelo processo eleitoral. Ele é, de fato, o novo mandatário do Brasil. O discurso 4, assim como os discursos 2 e 3, não apresentaram indícios de improvisos na transcrição que fizemos. O texto, previamente escrito, é seguido à risca. O enunciador inicia o discurso com *tom* de alívio, novamente recorre aos chamamentos intimistas: *Queridas brasileiras, queridos brasileiros [...]* / *Eu estou feliz, como raras vezes estive na minha vida, pela oportunidade que a história me deu de ser a primeira mulher a governar o Brasil.*

Recorte 2:

Conviver todos estes anos com o presidente Lula me deu a dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e

por sua gente. A alegria que sinto pela minha posse como presidente se mistura com a emoção da sua despedida. Mas Lula estará conosco. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. (*linhas 9-13*)

No *Recorte 2*, percebemos, assim como em recortes dos demais discursos analisados, a imagem do ex-presidente Lula marcada e exaltada, como recurso de apoio ao dito [*Conviver todos estes anos com o presidente Lula*], afinal, o enunciador reconhece ter podido alcançar tamanho patamar, em função de tal personagem da política recente do Brasil. Muito por isso, o enunciador coloca-se como privilegiado pela “história”, com isso, parecia-se ao seu antecessor, ao apresentar seu posicionamento em relação a ele: *Mas Lula estará conosco. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade.*

Recorte 3:

Hoje o presidente Lula deixa o governo depois de oito anos, período em que liderou as mais importantes transformações na vida do país. A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil. (*linhas 19-22*)

O enunciador já se posiciona como presidente legitimada e integrante do grupo de presidentes que ficarão marcados na história política do Brasil: *A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil.*

Recorte 4:

Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia. (*linhas 23-24*)

No *Recorte 4*, à mulher é conferida a responsabilidade pela mudança significativa da sociedade como um todo. Ao construir um *ethos discursivo* de mulher responsável pela mudança, o enunciador afiança o seu discurso.

Recorte 5:

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao nosso lado, ao lado do presidente Lula nesses oito anos. Eu me refiro ao nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem! E que parceria Zé Alencar e Lula, Lula e Zé Alencar fizeram, pelo Brasil e pelo nosso povo! (*linhas 25-29*)

No discurso 4, não por acaso, o enunciador faz referência ao ex-vice-presidente, José Alencar, marcando, dessa forma, o perfil desejado de seu vice. Tomar o governo antecessor como exemplo, revela o que o enunciador projeta para o futuro, ser um governo de continuidade.

Recorte 6:

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles. Aprendemos com eles que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados, uma imensa força brota do nosso país. Aprendemos que quando se governa amando o Brasil, preservando a sua soberania e desenvolvendo o nosso país para torná-lo do tamanho do sonho de cada brasileira e cada brasileiro, uma força imensa é mobilizada e todos nós avançamos juntos. (linhas 30-35)

Podemos inferir que o enunciador pretende que haja uma parceria Temer e Dilma, Dilma e Temer, pelo Brasil e pelo povo, mas fica evidente a sua posição de mandatário: ***Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.*** [grifo nosso]

Recorte 7:

Uma mulher, uma importante líder indiana disse um dia que não se pode trocar um aperto de mão com os punhos fechados. Pois eu digo: minhas mãos vão estar abertas e estendidas para todos, desde os nossos aliados de primeira hora até aqueles que não nos acompanharam neste processo eleitoral. (linhas 38-41)

Como o discurso é de um enunciador que se autodefine mulher e responsável pelas mudanças na democracia brasileira, ele traz a voga um discurso segundo, sem referências concretas, de uma mulher, a quem chama de *importante líder indiana*, para corroborar seu dizer: *Uma mulher, uma*

importante líder indiana disse um dia que não se pode trocar um aperto de mão com os punhos fechados. Infere-se, portanto, que a atitude de um bom ser humano, independentemente de seu status quo, deva ser a de estender as mãos a todos, seja qual for sua origem, opção sexual, partidária etc. O enunciador marca, portanto, o seu posicionamento, de “bom ser humano”.

O enunciador confere a si, portanto, o *ethos discursivo* de mulher capaz, que governará o Brasil e que unirá todas as forças, em prol do povo brasileiro: *minhas mãos vão estar abertas e estendidas para todos, desde os nossos aliados de primeira hora até aqueles que não nos acompanharam neste processo eleitoral.*

Recorte 8:

É com este espírito de união que eu assumo hoje o governo do meu país. Acredito e trabalharei para que estejamos todos unidos pelas mudanças necessárias na educação, na saúde, na segurança e, sobretudo, na luta para acabar com a pobreza, com a miséria. (linhas 42-45)

O enunciador, para marcar seu *posicionamento* político, instaurador da união, utiliza uma metáfora para mostrar-se empenhado pela unificação de todas as frentes para um Brasil melhor: *É com este espírito de união que eu assumo hoje o governo do meu país.* O *ethos discursivo*, aqui, desvela-se por uma maneira de dizer [*assumo hoje o governo*] que é uma maneira de ser [*com espírito de união*].

Recorte 9:

Não peço a ninguém que abdique de suas convicções. Buscarei o apoio, respeitarei a crítica. É o embate civilizado entre as ideias que move as grandes democracias como a nossa.

Não carrego, hoje, nenhum ressentimento nem nenhuma espécie de rancor. A minha geração veio para a política em busca da liberdade, num tempo de escuridão e medo. Pagamos o preço da nossa ousadia ajudando, entre outros, o país a chegar até aqui. Aos companheiros meus que tombaram nessa caminhada, minha comovida homenagem e minha eterna lembrança. *(linhas 46-53)*

Como o enunciador carrega consigo lembranças de um passado, marcado pela perseguição política, à época da ditadura militar, mantém um discurso defensivo: *Não carrego, hoje, nenhum ressentimento nem nenhuma espécie de rancor*. Desse modo, busca patentear, aos possíveis críticos e temerários, a marca de seu governo, no que concerne ao estado de direito, ao afirmar que seu governo não agirá com vinganças e ressentimentos.

Todavia, em nenhum momento, afirma que as lembranças serão esquecidas, pelo contrário, quando se posiciona em relação aos seus companheiros de militância, o enunciador emociona-se e um seu desejo de justiça aflora: *Pagamos o preço da nossa ousadia ajudando, entre outros, o país a chegar até aqui. Aos companheiros meus que tombaram nessa caminhada, minha comovida homenagem e minha eterna lembrança*.

Recorte 10:

Já fizemos muito nos últimos oito anos, mas ainda há muito por fazer. E foi por acreditar que nós podemos fazer mais e melhor que o povo brasileiro nos trouxe até este momento. (linhas 55-57)

No *Recorte 10*, percebemos a cenografia revelada: *carta ao povo brasileiro*, pois um *lugar* é marcado (o Parlatório, em Brasília), um *tempo* – data – (primeiro dia de seu governo – 01.01.2011) e os destinatários (Queridas brasileiras, queridos brasileiros), além da expressão de despedida *Um abraço*. O *ethos discursivo* é de governante da continuidade, construído à medida que Lula e Dilma são fundidos pelo enunciador como políticos do mesmo calibre: *Já fizemos muito nos últimos oito anos [...]*. Porém, a necessidade da “continuidade” é legitimada, quando o enunciador se posiciona: *mas ainda há muito por fazer*.

Recorte 11:

Eu quero, neste momento, dizer a vocês que eu darei todo o meu empenho, toda a minha dedicação para fazer com que as transformações que nós começamos nesses últimos oito anos continuem, prossigam e se expandam porque o povo brasileiro e o nosso país têm condições, hoje, de se transformar no maior e no melhor país para se viver. (linhas 86-90)

No *Recorte 11*, o enunciador, partícipe do governo antecessor, identifica-se com a razão e com a ação política e visa à continuação do passado. Esse

estatuto comporta um *tom* (confiante, assertivo) e um *caráter* (conservador/inovador). Talvez essa designação “conservador/inovador” do caráter soe paradoxal, mas consideramos, aqui, *conservador*, por que acredita num modelo e, *inovador*, porque esse modelo parte de transformações sociais e econômicas realizadas em oito anos de governo e que serão ampliadas no próximo governo.

Recorte 12:

Um abraço a todos, homens e mulheres do meu Brasil. (<i>linha 91</i>)

Diferentemente dos outros três discursos, o discurso 4 tem uma despedida informal *Um abraço a todos*, que revela, ainda, por meio do item lexical “meu”, a ideia de que o enunciador, finalmente, realiza-se e identifica-se com um Brasil outrora idealizado. O enunciador o chama de “meu Brasil”, justamente porque, este Brasil, que tem um passado marcado pela ditadura, intolerância, e pela não participação da mulher na vida pública e privada, deu posse a uma presidente que, carinhosamente, assim como qualquer mãe chama seus filhos de “meus filhos”, abraça o Brasil e o chama de seu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, propusemo-nos a analisar as cenografias encenadas nos discursos, desvelar o *ethos discursivo*, verificar as estratégias linguístico-discursivas e depreender os efeitos de sentido criados, no interdiscurso, pelo enunciador; e, a partir desse percurso, desvelar os deslizamentos e as subversões de sentido, materializados nos discursos da presidente, e relacioná-los com a *memória social e discursiva*. Analisamos quatro discursos políticos da presidente Dilma e percebemos que tais discursos apresentam traços, que marcam a identidade do enunciador. Isso ocorre não só nos discursos políticos com indícios de improviso, como também naqueles pronunciados diante de autoridades.

Ressaltamos que essa pesquisa contribui com outro olhar sobre cenografia e *ethos discursivo*, em discursos políticos, uma vez que analisa discursos inéditos da presidente e, portanto, pouco trabalhados no meio acadêmico. Além disso, é importante conhecer não só as *condições de produção* de tais discursos, mas também um pouco mais da história política do nosso país.

O discurso político da mulher, recente no Brasil, ainda será alvo de outras investidas acadêmicas, mas, nesta pesquisa, foi muito significativo perceber o processo de legitimação de tal discurso, por meio da cenografia e do *ethos discursivo*. A verificação de tais categorias de análise permitiu-nos reconhecer o discurso político e a construção de várias cenografias que o constituem. Na verdade, o discurso será político, se o enunciador tiver a intenção de que ele o seja.

Por meio da descrição das cenografias (desabafo/homenagem, carta, contrato e atestado), identificamos como o *ethos discursivo* do enunciador é desvelado,

por intermédio de facetas, em seu *tempo*, *espaço* e lugar, marcados pelo *código linguageiro* e pelo *vocabulário*. Percebemos que o enunciador faz uso da variante padrão da língua, mas numa linguagem mais ou menos formal, dependendo da situação de enunciação, com a intenção de aproximar-se do co-enunciador, que espera um discurso atrelado às suas expectativas.

Os *ethe discursivos* que, para Maingueneau, apresentam uma natureza social, são ativados pelos estereótipos, língua e imagens reveladas. No *corpus* selecionado, os *ethe discursivos* desvelados são distintos em alguns aspectos. No discurso 1: de polidez, de mulher e de ex-combatente da ditadura militar; no discurso 2: de presidente eleita, capaz, sensível e governante legítimo e inovador; no discurso 3: de comprometido e responsável pelas mudanças na democracia e com o cargo que lhe foi conferido e, no discurso 4, de governante da continuidade. Tais *ethe discursivos* revelam um enunciador preocupado em garantir a confiança do co-enunciador e a sua condição mulher, não só pelo *tom*, mas também pela *corporalidade* e pelo *vocabulário*.

É evidente que outros trabalhos tratam da imagem da presidente a partir de outros prismas, sobretudo da semiótica e da retórica mas, neste trabalho, observamos que os discursos presidenciais são sempre protocolares e masculinizados. Em nosso *corpus*, observamos que há uma mudança importante de gênero (presidente para presidenta/ brasileiros para brasileiras etc.) e, ao ser proferidos por uma mulher, os discursos, mesmo *institucionalizados* e marcados por formalidades, são modificados para atender aos anseios do enunciador, visando às expectativas do co-enunciador, que reconhece a importância histórica de tal acontecimento.

Assim sendo, a partir desses levantamentos, percebemos que o enunciador sustenta o imaginário da soberania popular que, segundo Charaudeau (2008), *é sustentado pelos discursos que se referem a um mundo, atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu bem-estar*. O co-enunciador, que optou pela *continuidade*, acredita que viverá num país em que poderá vislumbrar, pela primeira vez, uma mulher no poder. Isso representa um *reino da justiça e da lei*.

O discurso *presidencial* era um jogo de uma mesma face, mudavam-se os sujeitos, mas o enunciador era o mesmo, permanecia institucionalizado. Agora, o enunciador é feminino e parece querer deixar bem marcada essa condição.

As pessoas só podem viver juntas quando inventam, acima das relações normais, instituições que impõem regras de conduta, de decisão, direitos e deveres recíprocos, portanto, um ser, que represente uma mediação de tais fatores, é digno de ser detentor do poder para guiar o povo, em direção do progresso e da consolidação da democracia. Esses atributos foram assumidos pelo enunciador que emerge nos discursos de Dilma Rousseff, e revelam *ethe discursivos* de um enunciador mulher que era, até meados de 2009, profissional e mãe, como muitas outras mulheres, mas tornou-se presidente do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

AMARAL, R. B. *A vida quer é coragem. a Trajetória de Dilma Rousseff, a Primeira Presidente do Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2011.

AMOSSY, R. (org.). *A imagem de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.

AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidades enunciativas. In: Cadernos de Estudos lingüísticos, 19*. Campinas, IEL. 1990.

BIBLIOTECA Nacional da Presidência da República. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em 11/12/2012.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, V. P. A. – *Evolução do Pensamento Brasileiro*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. 2 v. Campinas: Pontes, 1989,

BRANDÃO, H. H. N. *Subjetividade, Argumentação e Polifonia*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

CANO, M. R. O. *A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico*. Tese de doutorado. São Paulo. PUC/SP, 2012.

CHARAUDEAU, P. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, Dezembro 2011.

_____. *Notes de Campagne, Charisme quand tu nous tiens Les paradoxes du charisme en politique*. Université Paris XIII, CNRS-LCP. Paris, avril 2012.

_____. *discurso das mídias*. Trad. Angela S.M. Corrêa. 2ª Ed. - São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1ª Ed., 1ª impressão. - São Paulo: Contexto, 2008.

CHACON, V – *História dos Partidos Brasileiros*, Brasília, UnB, 1985.

COURTINE, J. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt; Rodolfo Ilari. São Paulo: Cultrix, 1972/1977.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Ed. Pontes, 1984/1987.

EGGS, E. (1999). *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de Si no discurso*. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. 2ª. Ed. – São Paulo, Contexto, 2011.

FOLHA de SP. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/823569-leia-integra-do-primeiro-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.shtml>. Acesso em 20/10/2011.

FERNANDEZ, C. A. *Análise do discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2007.

FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988

FOUCAULT, M. A. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREGOLIN, M. R. *Mídia & política: a cultura como espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, M. R. & BARONAS, R. (org). *Análise do discurso: as materialidades do Sentido*. São Paulo: Claraluz, 2003.

LAMONIER, B. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Agurium, 2005.

MANIFESTO de Fundação do PT. Disponível em <http://www.pt.org.br/arquivos/manifestodefundacaopt2.pdf>. Acesso em 03/01/2011.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do discurso*. Campinas: Pontes & Unicamp, 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Termos-chave da Análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. *Cenas da enunciação*. Tradução Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Nélon P. da Costa e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *A Análise do discurso e suas fronteiras*. In: Matraga, Trad. Décio Rocha, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p. 13 – p.37, jan./jun. 2007.

_____. *Doze conceitos em Análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.

_____. *A propósito do ethos*. Trad. Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Ethos, cenografia, incorporação*. Trad. Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 69-92.

MARI, H. (org.). *Análise do discurso em perspectiva*. Belo Horizonte: NAD/FALE/EFMG, 2003.

MARIETA, F. M. & FORTES, A. *Muitos Caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

NASCIMENTO, J. V. & SOUZA, R. S. *Lulinha paz e amor: a constituição do ethos do ex-presidente do Brasil*. In: SALEM, Khalil (Org.) *Educação Linguística em Perspectivas e Horizontes*. São Paulo: Fiuza, 2011. (CAELE – Coletânea Acadêmica de Estudos em Letras e Educação).

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PLANALTO do governo do Brasil. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>. Acesso em 20/03/2011.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1977.

PRADO JR., C. – *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1972.

REGIMENTO interno do PT. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/regimentointernodopt.pdf>. Acesso em 02/02/2012.

RODRIGUES, J. H. – *Conciliação e Reforma no Brasil, um desafio histórico*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

SCHMITT, R. *Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

VILLA, M. A. & ANGELO, A. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

SALDANHA, N. – *História das Ideias Políticas no Brasil*, Brasília, Senado Federal, 2001.

SECCO, L. *História do PT – 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê, 2011.

SOLNIK, A. *O Cofre do Adhemar: a Iniciação política de Dilma Rousseff e Outros Segredos da Luta Armada*. EDITORA JABOTICABA: São Paulo, 2011.

SOUZA, M. C. C. – *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, R. S. *O ethos da 'nova voz' na casa das nações*. In: SALEM, Khalil (Org.) *Educação em Linguagem e educação*. São Paulo: Fiuza, 2012. (CAELE – Coletânea Acadêmica de Estudos em Letras e Educação).

ANEXOS

Anexo 01: 1º discurso de Dilma Rousseff após vitória eleitoral, no Hotel Naoum – DF.

31/10/2010-22h19

Leia íntegra do primeiro pronunciamento da presidente eleita Dilma Rousseff

DE BRASÍLIA

PRONUNCIAMENTO DE 31 DE OUTUBRO DE 2010

Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil,

É imensa a minha alegria de estar aqui.

Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão mais importante de minha vida.

Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

Editoria de Arte / Folhapress

AS CEM PALAVRAS MAIS CITADAS NO DISCURSO DE DILMA

O tamanho das palavras é proporcional ao número de vezes mencionada



As cem palavras mais citadas no discurso de Dilma

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas, e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!

Minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país:

Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais da alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social.

Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa.

Zelarei pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.

Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados em nossa constituição.

Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República.

Nesta longa jornada que me trouxe aqui pude falar e visitar todas as nossas regiões.

O que mais me deu esperanças foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para sua família.

É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.

Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada pela vontade do governo. Ela é um chamado à nação, aos empresários, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem.

Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte.

A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida.

O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro.

Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que

sempre pareceu impossível.

Reconheço que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade do presidente Lula e pela força do povo e de nossos empreendedores encontra seu momento de maior potencial numa época em que a economia das grandes nações se encontra abalada.

No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas.

Longe de dizer, com isso, que pretendamos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizar plenamente suas vocações.

Mas é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que enfrenta ainda os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento.

É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos fóruns internacionais com este objetivo.

Cuidaremos de nossa economia com toda responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável.

Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos.

Mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, os serviços essenciais à população e os necessários investimentos.

Sim, buscaremos o desenvolvimento de longo prazo, a taxas elevadas, social e ambientalmente sustentáveis. Para isso zelaremos pela poupança pública.

Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público.

Zelarei pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo.

Valorizarei o Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliarei os limites do Supersimples e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre outros.

As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade dos setores regulados.

Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. Trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades.

Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas estabelecidas.

Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas sempre com pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela aprovação do Fundo Social do Pré-Sal. Por meio dele queremos realizar muitos de nossos objetivos sociais.

Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

O Fundo Social é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas.

Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao povo só migalhas.

Me comprometi nesta campanha com a qualificação da Educação e dos Serviços de Saúde.

Me comprometi também com a melhoria da segurança pública.

Com o combate às drogas que infelicitam nossas famílias.

Reafirmo aqui estes compromissos. Nomearei ministros e equipes de primeira qualidade para realizar esses objetivos.

Mas acompanharei pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento de nosso povo.

A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso a

educação e saúde de qualidade.

É aquela que convive com o meio ambiente sem agredi-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento.

Não pretendo me estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que todos os compromissos que assumi, perseguirei de forma dedicada e carinhosa.

Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção. Reafirmo aqui este compromisso.

Fui eleita com uma coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério fundamental.

Vou valorizar os quadros profissionais da administração pública, independente de filiação partidária.

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir de minha posse serei presidente de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, numa reforma política que eleve os valores republicanos, avançando em nossa jovem democracia.

Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos.

Deixei para o final os meus agradecimentos, pois quero destacá-los. Primeiro, ao povo que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata pela oportunidade única de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares que passei.

Mas agradeço respeitosamente também aqueles que votaram no primeiro e no segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a festa da democracia.

Agradeço as lideranças partidárias que me apoiaram e comandaram esta jornada, meus assessores, minhas equipes de trabalho e todos os que

dedicaram meses inteiros a esse árduo trabalho.

Agradeço a imprensa brasileira e estrangeira que aqui atua e cada um de seus profissionais pela cobertura do processo eleitoral.

Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. Por isso, não carregarei nenhum ressentimento.

Disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

Agradeço muito especialmente ao presidente Lula. Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha vitória se mistura com a emoção da sua despedida.

Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós.

Baterei muito a sua porta e, tenho certeza, que a encontrarei sempre aberta.

Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. A tarefa de sucedê-lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar seu legado.

Saberei consolidar e avançar sua obra.

Aprendi com ele que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados uma imensa força brota do nosso povo.

Uma força que leva o país para frente e ajuda a vencer os maiores desafios.

Passada a eleição agora é hora de trabalho. Passado o debate de projetos agora é hora de união.

União pela educação, união pelo desenvolvimento, união pelo país. Junto comigo foram eleitos novos governadores, deputados, senadores. Ao parabenizá-los, convido a todos, independente de cor partidária, para uma ação determinada pelo futuro de nosso país.

Sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ela.

Muito obrigada,

[Iniciar impressão](#) | [Voltar para página](#)

Anexo 02: discurso de Diplomação de Dilma Rousseff no Tribunal
Superior Eleitoral



Imprensa

Imprensa

Discursos

Registro histórico – Discurso da presidenta eleita, Dilma Rousseff, durante cerimônia de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral - Brasília/DF

01/01/2011 às 00h00

Brasília, DF, 17 de dezembro de 2010

Senhor presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ricardo Lewandowski,
 Senhor presidente do Senado Federal, senador José Sarney,
 Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
 Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
 Senhor vice-presidente eleito, Michel Temer,
 Senhoras e senhores ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Superiores,
 Senhoras e senhores ministros de Estado,
 Senhoras e senhores governadores,
 Senhoras e senhores parlamentares,
 Senhores presidentes e representantes de partidos políticos presentes,
 Meus caros familiares e amigos,
 Senhoras e senhores jornalistas,
 Senhoras e senhores,

Sem sombra de dúvida, é uma imensa emoção receber este diploma da Corte responsável pelo processo eleitoral brasileiro. É uma grande emoção, tanto do ponto de vista da minha trajetória política, como também da minha situação como mulher brasileira.

Eu considero esse processo eleitoral que nós conquistamos no Brasil um processo excepcional. A lisura, a eficiência e a confiabilidade de nossa Justiça Eleitoral já são reconhecidas em todo o mundo. O uso da tecnologia a serviço do sagrado direito de voto é uma inovação e uma invenção verde-amarela, que desperta crescente interesse das democracias.

As eleições, elas se constituem em um momento muito rico, talvez o mais rico do processo democrático. Elas propiciam – e todos nós vivenciamos isso – o debate das grandes questões; o debate e o confronto de projetos para o futuro do país, permitindo o julgamento soberano do eleitor.

Esse julgamento, que já levou importantes estadistas e diferentes lideranças ao posto mais alto da República, experimentou nos últimos anos a esperança e a ousadia, ao levar um trabalhador à Presidência da República. Quanto orgulho temos, os brasileiros e as brasileiras, de ver um homem do povo conduzindo o país para um momento de tão extraordinário avanço social e econômico!

Foi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora uma mulher presidenta, uma mulher presidenta. Para além da minha pessoa, esse fato demonstra a crescente maturidade da nossa democracia. Esse fato rompe com os preconceitos, desafia os limites e enche de esperança um povo sofrido e, também, de orgulho as mulheres brasileiras.

Esse povo sofrido é um povo, também, de elevada autoestima e de enorme disposição de trabalho, e agora, sem dúvida, cheio de esperança em um futuro que já começou a chegar.

Recebo este diploma com alegria e humildade, e uma enorme disposição de empenhar todo o meu esforço para retribuir a confiança recebida nas urnas. Honrar as mulheres, cuidar dos mais frágeis e governar para todos é o que me anima e estimula ao trabalho nos próximos anos.

Quero dedicar todo o meu carinho e empenho aos desejos mais justos e destacados das famílias brasileiras: a educação das crianças e jovens, a segurança das nossas comunidades, e a saúde de todos os brasileiros.

Cuidarei da estabilidade econômica e do investimento, tão necessários ao crescimento e ao emprego. Defenderei sempre a liberdade de manifestação de imprensa e de culto. Mas reafirmo que nenhuma estratégia política ou econômica é efetiva se não se refletir diretamente, concretamente na vida de cada trabalhador, de cada trabalhadora, de cada empresário, de cada família e de todas as regiões deste imenso e generoso nosso país.

Sei que há muitas expectativas sobre o governo que inicio – e iniciaremos – em janeiro próximo. Sei da responsabilidade de suceder um governante da estatura do presidente Lula. Sei dos imensos desafios que nosso futuro comporta. Mas se pensarmos o que cada um de nós pode e podemos fazer pelo Brasil, vamos descobrir uma força infinita, que a cada momento se alimenta e se renova: a força da união de nosso país, de nossa nação, de nossa sociedade. União para avançar, união para crescer, união para encontrar novos e melhores caminhos.

Neste momento em que recebo o diploma mais alto da democracia, quero reparti-lo com cada brasileiro e, em especial, com cada brasileira, para dizer que, pelo Brasil, conto com todos e todas e que todos e todas podem contar comigo.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do discurso (06min31s) da Presidenta Dilma.

Tags: Diploma, Eleitoral, Tribunal Superior

Anexo 03: discurso de Posse da Dilma Rousseff no Congresso



Imprensa

Imprensa**Discursos****Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional - Brasília/DF**

01/01/2011 às 16h55

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,
Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,
Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes.

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixa para todos nós.

Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o Presidente Lula e o vice-presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo!!

Eu e o vice-presidente, Michel Temer, nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo Presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia, no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de pioneirismo do Sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no período do governo do Presidente Lula.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população brasileira.

Queridos brasileiros e brasileiras,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagração das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte, aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de serviços básicos e de Previdência Social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos Ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com a educação das crianças e dos jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticou a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e infelicitou as nossas famílias.

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética e do petróleo.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,

Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: "o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme".

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico puro e simplesmente. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energias hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas imensas florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do Planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios, dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas, no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos Poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice-presidente, Michel Temer, fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

"O correr da vida" – diz ele – "embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

E que tenhamos paz no mundo!

Ouçá na íntegra o [discurso](#) (39min32s) da Presidenta Dilma.



Tags: [Compromisso Constitucional](#), [Posse](#), [Congresso Nacional](#), [Dilma Rousseff](#), [Discurso](#)

Anexo 04: discurso de Posse da Dilma Rousseff no Parlatório



Imprensa

Imprensa

Discursos

Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto - Brasília/DF

01/01/2011 às 18h00

Palácio do Planalto, 1º de janeiro de 2011

Queridas brasileiras, queridos brasileiros,

Eu e o nosso vice-presidente, Michel Temer, e sua senhora, Marcela, estamos aqui assumindo a Presidência e a Vice-Presidência do Brasil.

Eu estou feliz, como raras vezes estive na minha vida, pela oportunidade que a história me deu de ser a primeira mulher a governar o Brasil. Mas eu estou muito emocionada pelo encerramento do mandato do maior líder popular que este país já teve. Ter a honra do seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guardam para a vida toda.

Conviver todos estes anos com o presidente Lula me deu a dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha posse como presidenta se mistura com a emoção da sua despedida. Mas Lula estará conosco. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade.

A tarefa de suceder o presidente Lula é desafiadora. Eu saberei honrar este legado e saberei consolidar e avançar nesta obra de transformação do Brasil. A vontade de mudança do nosso povo levou um operário à Presidência do Brasil. Seu esforço, sua dedicação e seu nome já estão gravados no coração do povo, o lugar mais sagrado da nossa nação.

Hoje o presidente Lula deixa o governo depois de oito anos, período em que liderou as mais importantes transformações na vida do país. A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil.

Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao nosso lado, ao lado do presidente Lula nesses oito anos. Eu me refiro ao nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem! E que parceria Zé Alencar e Lula, Lula e Zé Alencar fizeram, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles. Aprendemos com eles que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados, uma imensa força brota do nosso país. Aprendemos que quando se governa amando o Brasil, preservando a sua soberania e desenvolvendo o nosso país para torná-lo do tamanho do sonho de cada brasileira e cada brasileiro, uma força imensa é mobilizada e todos nós avançamos juntos.

Reafirmo aqui outro compromisso: cuidarei com muito carinho dos mais frágeis e mais necessitados. Governarei para todos e todas as brasileiras.

Uma mulher, uma importante líder indiana disse um dia que não se pode trocar um aperto de mão com os punhos fechados. Pois eu digo: minhas mãos vão estar abertas e estendidas para todos, desde os nossos aliados de primeira hora até aqueles que não nos acompanharam neste processo eleitoral.

É com este espírito de união que eu assumo hoje o governo do meu país. Acredito e trabalharei para que estejamos todos unidos pelas mudanças necessárias na educação, na saúde, na segurança e, sobretudo, na luta para acabar com a pobreza, com a miséria.

Não peço a ninguém que abdique de suas convicções. Buscarei o apoio, respeitarei a crítica. É o embate civilizado entre as ideias que move as grandes democracias como a nossa.

Não carrego, hoje, nenhum ressentimento nem nenhuma espécie de rancor. A minha geração veio para a política em busca da liberdade, num tempo de escuridão e medo. Pagamos o preço da nossa ousadia ajudando, entre outros, o país a chegar até aqui. Aos companheiros meus que tombaram nessa caminhada, minha comovida homenagem e minha eterna lembrança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Já fizemos muito nos últimos oito anos, mas ainda há muito por fazer. E foi por acreditar que nós podemos fazer mais e melhor que o povo brasileiro nos trouxe até este momento.

Agora é hora de trabalho. Agora é hora de união. União de todos nós pela educação das crianças e dos jovens. União pela saúde de qualidade para todos. União pela segurança de nossas comunidades. União para o Brasil continuar crescendo, gerando empregos. União para o Brasil continuar crescendo, gerando empregos para as atuais e para as futuras gerações. União, enfim, para criar mais e melhores oportunidades para todos nós.

O meu sonho é o mesmo sonho de qualquer cidadão ou cidadã: o sonho de que uma mãe e um pai possam oferecer aos seus filhos oportunidades melhores do que a que eles tiveram em suas vidas.

Esse é o sonho que constrói um país, uma família, uma nação. Esse é o desafio que ergue um país.

Apresentei há pouco uma mensagem, com meus princípios e compromissos, no Congresso. Ali existem metas e objetivos, mas também existem sonhos.

Acho bom que seja assim. Para governar um país, um país continental do tamanho do Brasil, é também preciso ter sonhos. É preciso ter grandes sonhos e persegui-los.

Foi por não acreditar que havia o impossível que o presidente Lula fez tanto pelo país nesses últimos anos. Sonhar e perseguir os sonhos é exatamente romper o limite do possível.

Para consolidar e avançar as grandes conquistas recentes precisarei muito do apoio de todos vocês.

Quero pedir o apoio de todos, de Leste a Oeste, do Norte ao Sul do nosso país.

Vou estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão do Amazonas, nos rincões do Nordeste, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Se todos trabalharmos pelo Brasil, o Brasil nos devolverá em dobro o nosso esforço. O Brasil é uma terra generosa. Tudo que for plantado com mãos carinhosas e olhar para o futuro será colhido com abundância e alegria.

Que Deus abençoe o Brasil e o povo brasileiro.

Que todos nós juntos possamos construir um mundo de paz.

Eu quero, neste momento, dizer a vocês que eu darei todo o meu empenho, toda a minha dedicação para fazer com que as transformações que nós começamos nesses últimos oito anos continuem, prossigam e se expandam porque o povo brasileiro e o nosso país têm condições, hoje, de se transformar no maior e no melhor país para se viver.

Um abraço a todos, homens e mulheres do meu Brasil.

Ouçá a íntegra do pronunciamento à nação (11min57s) da Presidenta Dilma.



Tags: [Dilma Rousseff](#), [Discurso](#), [Parlatório](#)